

Para sistematizar experiências

Oscar Jara Holliday

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Coordenação da Amazônia
Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar
70068-900 Brasília - DF
Tel. 55 61 4009-1442
Fax 55 61 3322-3727

E-mail: ama@mma.gov.br

Para sistematizar experiências

Oscar Jara Holliday

Ministério do Meio Ambiente

Brasília, 2006

Série Monitoramento & Avaliação é uma publicação do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, vinculado à Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.

Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA

Coordenadora: Onice Dall'Oglio

Estudos:

Egaz Ramirez de Arruda
Flávia Pires Nogueira Lima
Pedro Simpson Júnior

Monitoramento Integrado:

Ana Cristina Milanez Kiel
Larisa Ho Bech Gaivizzo
Raíssa Miriam Guerra
Sonia Maria de Brito Mota

Disseminação:

André Ribeiro Lamego
Célia Chaves de Sousa
Kelerson Semerene Costa
Larissa Ribeiro Barbosa
Plácido Flaviano Curvo Filho
Rui Alves de Sousa
Uirá Felipe Lourenço

Cooperação Técnica – GTZ:

Petra Ascher

Apoio Administrativo:

Eleusa Zica
Paula Lucatelli

Responsável por esta edição:

Ana Cristina Milanez de Oliveira Kiel

Tradução para o português:

Maria Viviana V. Rezende

Revisão:

Ana Cristina Milanez de Oliveira Kiel
Sonia Maria de Brito Mota

Projeto Gráfico e Diagramação:

Isabela Lara

Foto da Capa: Juan Pratiginestós

Impressão: Cidade Gráfica

Normalização Bibliográfica:

Edições Ibama
Helionídia C. Oliveira

© Direitos desta edição reservados ao
Ministério do Meio Ambiente

Distribuição Dirigida:

2.000 exemplares

Venda Proibida

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

H739p

Holliday, Oscar Jara

Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Rezende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.
128 p. ; 24 cm. (Série Monitoramento e Avaliação, 2)

Bibliografia

ISBN 85-87166-97-2

ISBN 85-237-0028-5 Ed. UFPB

1. Educação. 2. Educação comunitária. I. Rezende, Maria Viviana. V. II. Ministério do Meio Ambiente. III. Título. IV. Série.

CDU{2.ed.}37

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Cap. 1 Encontros e desencontros das propostas de sistematização	15
Cap. 2 O que é sistematizar?	21
Cap. 3 Para que serve sistematizar?	29
Cap. 4 A pedra de toque: confluências e diferenças entre sistematização, pesquisa e avaliação	39
Cap. 5 O problema de fundo a relação dialética entre prática e teoria	45
Cap. 6 Condições para sistematizar	61
Cap. 7 Como sistematizar? Uma proposta em cinco tempos	71
Anexos teórico-práticos	95
<i>Anexo 1 - Três exemplos de sistematização</i>	97
<i>Anexo 2 - Alguns formulários úteis para registro</i>	109
<i>Anexo 3 - Roteiro para elaborar uma proposta de sistematização</i>	111
Bibliografia	113
Sobre o autor	125

Apresentação

Ana Cristina Milanez de Oliveira Kiel e Petra Ascher

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, coordenado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA do Ministério do Meio Ambiente - MMA, tem mobilizado governo e sociedade civil numa rara experiência de parceria com a comunidade internacional, testando e desenvolvendo modelos e estratégias inovadoras voltadas para a proteção e uso sustentável das florestas tropicais na Amazônia e Mata Atlântica.

Atualmente, o maior desafio está na ampliação das experiências bem-sucedidas e na incorporação das aprendizagens geradas às políticas públicas, de forma a se traduzirem em indutoras de um novo modelo de desenvolvimento para o país, capaz de promover a sustentabilidade em suas várias dimensões: social, ambiental, econômica, política e ética.

Vinculado à coordenação técnica do Programa Piloto, o Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA exerce função estratégica de assessoria técnica, promovendo ações de capacitação, monitoramento, estudos e análises, potencializando a reflexão e disseminação dos aprendizados. O AMA tem desempenhado um papel fundamental na criação de uma cultura permanente de monitoramento e sistematização dentro do Programa Piloto e no Ministério do Meio Ambiente.

Sistematizar experiências é um desafio político pedagógico pautado na relação dialógica e na busca da “interpretação crítica dos processos vividos”. Trata-se de um exercício rigoroso de aprendizagem que contribui para refletir sobre as diferentes experiências, implicando na identificação, classificação e re-ordenamento dos elementos da prática; utiliza a própria experiência como objeto de estudo e interpretação teórica, possibilitando a formulação de lições e a disseminação.

Poderoso instrumento para a prática transformadora, realizada por meio de metodologias participativas bastante testadas na América Latina, a *sistematização* busca reconstruir experiências. Sistematizar implica compreender, registrar, ordenar, de forma compartilhada, a dimensão educativa de uma experiência vivenciada.

Segundo o autor desse livro, Oscar Jara, a **sistematização de experiências** pressupõe como fundamento a Concepção Metodológica Dialética, que entende a realidade histórico-social como uma totalidade, como processo histórico: *a realidade é, ao mesmo tempo, una, mutante e contraditória porque é histórica; porque é produto da atividade transformadora, criadora dos seres humanos.*

No âmbito do Programa Piloto, a sistematização é um instrumento poderoso para contribuir no enfrentamento aos desafios que estão colocados, porque estas experiências contêm aprendizagens fundamentais que podem e devem ser disseminadas, e são potenciais indutores de políticas públicas sustentáveis.

Só na medida em que é produzida uma compreensão mais profunda das experiências realizadas é possível compartilhar aprendizagens, identificar e construir abordagens teóricas que contribuem para o aprimoramento das práticas, estabelecendo assim, ciclos virtuosos de ordenamento e reconstrução, reflexão crítica, possibilitando o intercâmbio com iniciativas afins e a disseminação das experiências, gerando muitas possibilidades e responsabilidades.

Neste contexto, O Projeto AMA, por meio do Componente Monitoramento, apresenta o segundo volume da Série *Monitoramento e Avaliação* com a publicação: “*Para Sistematizar Experiências*” de Oscar Jara Holliday, reconhecido educador popular da Costa Rica.

Pretendendo ser um *guia didático*, “*Para Sistematizar Experiências*” se apresenta como um instrumento para a reflexão crítica e ferramenta de planejamento dos processos de **sistematização de experiências** e para o fomento à disseminação de lições aprendidas. Esta publicação motivou-se em função dos avanços e dificuldades, alegrias e incertezas, do *saber-fazer* e do *fazer-saber* construídos nos cotidianos dos projetos do Programa Piloto e do Ministério do Meio Ambiente. *Sistematizar experiências* tem em seu cerne a Concepção Metodológica Dialética. Articula o presente com o *vir a ser*, com *possibilidades*, com *potencialidades*.

Por sua dimensão mobilizadora, criativa e educativa se constitui em tarefa para todos nós, homens e mulheres, que têm o compromisso histórico de reinventar os cotidianos e protagonizar reflexões e práticas voltadas a promoção do desenvolvimento sustentável.

Introdução

Por que se quer e, muitas vezes,
não se pode sistematizar?

Entre os centros de educação popular e as instituições de promoção social da América Latina, é cada vez mais frequente encontrar uma grande preocupação em torno da *necessidade* e, às vezes, *dificuldade* de sistematizar as experiências. Nos últimos anos multiplicaram-se os eventos e publicações sobre o tema e colocaram-se, sobre o tapete da discussão, seus desafios mais importantes.

O trabalho de Diego Palma “*A sistematização como estratégia de conhecimento na educação popular*” e “*O estado da questão na América Latina*”¹, representam uma excelente contribuição que permite ordenar o produzido até o momento, identificar suas confluências e divergências e avançar até à elaboração de novas propostas. Estas, integrando as contribuições convergentes, devem contribuir para obter consensos mais sólidos em relação ao tema e, sobretudo, que possam ser postos em prática de maneira generalizada na América Latina.

Abordando esta problemática a partir da ética dos educadores e animadores populares, constatamos que, em geral, todos queremos sistematizar e todos reconhecemos sua importância; mas, sem dúvida, poucos são os que podem afirmar que o fazem. Por quê? Fundamentalmente, por três razões:

i) Parece uma tarefa complexa demais

As propostas mais difundidas aparecem, em geral, como excessivamente complicadas, tanto em sua linguagem como em seus procedimentos. Parece, portanto, que requerem um esforço extraordinário e muito especializado.

¹ *Papeles de CEAAL*, N° 3, Santiago, junho de 1992. Recomendamos a leitura deste documento, que tomamos como referência importante para avançar nos desafios que propõe.

Isto causa três reações possíveis: primeiro, não se atrever nem a começar; segundo, aventurar-se a começar e perder o alento em pouco tempo, seja porque as fases iniciais se prolongam e se enredam demais ou porque o ritmo de outras atividades impede a dedicação à sistematização pelo tempo necessário; terceiro, pensar em contratar um especialista para que assuma esta tarefa “tão importante” mas pouco executável senão por um especialista (o que supõe contar com suficientes recursos econômicos para remunerar “adequadamente” esta tarefa tão especializada).

ii) Não se conta com definições claras

Falta uma compreensão mais precisa em torno do *que significa exatamente fazer uma sistematização e quem são os indicados para fazê-la*.

Não fica muito clara sua diferença em relação à avaliação. Às vezes é entendida como um projeto de investigação; outras vezes é identificada como um informe de trabalho ou com o uma lista ordenada de atividades realizadas. Não se sabe claramente que produtos concretos poderiam trazer. Tampouco está claro se se deveria sistematizar toda a experiência institucional ou se é possível fazê-lo só sobre uma experiência particular. Enfim, converte-se em algo misterioso, entre mágico e etéreo, que não se sabe por onde pegar.

Tampouco há clareza a cerca de *quem deveria sistematizar*. Não se sabe se deveria ser toda a equipe; se deve haver alguma pessoa responsável por fazê-lo permanentemente; se se deveria criar um setor de sistematização na instituição ou formar uma comissão para realizá-la durante um determinado período; se os sujeitos sociais com os quais a instituição trabalha também devem sistematizar ou se se trata de um trabalho exclusivamente institucional, etc.

iii) Na prática é dada prioridade à sistematização

Os centros e instituições não têm definida como *política institucional efetiva* a dedicação da equipe à sistematização das experiências que realizam (ainda que no discurso seja mencionada como importante).

Normalmente se têm definido momentos para o *planejamento, a execução e a avaliação* institucionais, mas não se programam momentos para a

sistematização. É muito comum que alguém afirme que “não se tem tempo para sistematizar”, porque o ritmo das atividades é muito intenso. Isto reflete, muitas vezes, uma carência nas instituições no que diz respeito a refletir criticamente sobre o nosso fazer. Revela também que, no fundo, não se dá prioridade real à sistematização.

Em alguns casos, essa situação põe em evidência a distância que existe entre as instâncias de direção e os educadores ou animadores. Geralmente são estes últimos que manifestam mais a necessidade, mas são os primeiros que decidem as prioridades e políticas institucionais. E pode ocorrer que não percebam a sistematização como algo tão importante ou útil como quem está trabalhando cotidianamente na tarefa educativa ou de animação.²

Algumas pistas de resposta

Neste texto queremos abordar essas dificuldades e propor, como pistas alternativas, algumas reflexões teóricas e metodológicas como pautas operativas de sistematização, que surgiram de experiências práticas nas quais participamos ou que conhecemos de perto.

O primeiro capítulo parte de uma constatação: apresenta de maneira breve um panorama das mais difundidas propostas de sistematização surgidas em nosso continente, situando seus pontos de encontro e suas principais diferenças.

Os capítulos de dois a quatro buscam aprofundar teoricamente o estabelecido: contém uma proposta conceitual sobre o que é sistematizar, para que serve e que semelhanças e diferenças existem entre sistematização, avaliação e a pesquisa.

O quinto capítulo trata de abordar o problema de fundo da sistematização, explicitando o sustentáculo epistemológico de nossa proposta: a Concepção Metodológica Dialética.

² Sobre esta distância e outros fatores que incidem nas experiências, necessidades e conflitos que vivem os educadores ou animadores institucionais, ver: Ruiz Bravo, Patrícia e Percy Bobadilla, *Con los zapatos sucios*. Promotores de ONGD's, Escola para o desenvolvimento, Lima, janeiro de 1993.

Após esse processo progressivo de aprofundamento teórico, o capítulo sexto inicia um novo salto à prática, estabelecendo que condições pessoais ou institucionais serão necessárias para poder sistematizar.

Assim, chegamos ao capítulo sete, que apresenta uma proposta metodológica e operativa de como sistematizar, sustentando e exemplificando seus distintos componentes.

Contém também uma mostra de experiências muito diversas de sistematização, que esperamos que sirvam para estimular a imaginação em todas as pessoas que buscam neste livro algumas pistas concretas para pôr em prática processos de sistematização em suas instituições ou organizações.

Esperamos contribuir com este trabalho, tanto para reafirmar a importância e a necessidade da sistematização como para encontrar pistas concretas para fazê-la possível e viável entre os muitos homens e mulheres da América Latina, que entregam suas vidas a cada dia como educadores, animadores e dirigentes populares.

Encontros e desencontros das propostas de sistematização

O trabalho já mencionado, de Diego Palma, permite-nos avançar rapidamente na questão de como se está concebendo e propondo a sistematização, justamente porque ordena e confronta diferentes propostas de sistematização, encontrando elementos de coincidência e de diferenciação entre elas.


Palma identifica várias propostas, das quais considero que se devem ressaltar as seguintes:

- A que surge do *Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe (CREFAL)*, no México, particularmente com as contribuições de Pablo Latapí.
- A do *Centro de Estudos do Terceiro Mundo (CEESTEM)*, também no México, que foi retomada posteriormente por Félix Cadena no *Programa de Sistematização do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL)*.
- As que impulsionam, no Chile, o *Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (CIDE)* e a *Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLASCO)*, especialmente por Juan Eduardo García Huidobro, Sergio Martinic e Horácio Walker.

Todas estas propostas foram difundidas entre 1980 e 1985.

Posteriormente, as propostas mais desenvolvidas surgem do *Centro Latino-americano de Trabalho Social (CELATS)*, em Lima, trabalhadas principalmente por Mariluz Morgan, Teresa Quiroz e María Luisa Monreal. Mais recentemente, o coletivo que trabalha o tema com maior constância é a *Oficina* Permanente de Sistematização CEAAL-Peru*, onde Mariluz

* N.T. Traduzimos com “oficina” a palavra espanhola “taller”.



Morgan, Mirna Barnechea, Estela González, José Luis Carbajo e Ricardo Reyes, entre outros, contribuem para aprofundar e precisar a proposta do CELATS.

Baseando-nos no trabalho de Palma, gostaríamos de sintetizar alguns aspectos gerais e acrescentar outros elementos que podem ser úteis para a reflexão que nos propomos realizar neste livro.

Diego Palma chega a cinco constatações básicas:

1. que, efetivamente existe uma *prática específica* que merece o nome próprio de “sistematização” e que, portanto, pode-se distinguir de outros esforços referentes ao conhecimento dos fatos sociais, tais como a investigação ou a avaliação;
2. que o termo “sistematização” é utilizado de maneira *ambígua* por educadores e promotores sociais e que entre os autores que escrevem sobre o tema não existe pleno acordo quanto aos conteúdos que se lhe atribuem;
3. que, entre as diferentes propostas, ainda que com diferentes enfoques e ênfases particulares (de concepção e de método), existem também *influências mútuas* e “filiacões mestiças”;
4. que a fonte de *unidade* fundamental, manifestada na coincidência dos objetivos gerais, encontra-se num marco epistemológico comum:

*“...todas as propostas de sistematização expressam uma **oposição flagrante com a orientação positivista** que guiou e ainda guia as correntes mais poderosas da Ciências Sociais...Todo o esforço para sistematizar, qualquer que seja sua tradução mais operacional, inclui-se nessa alternativa que reage contra as metodologias formais.*

*A sistematização inclui-se nessa ampla corrente que busca compreender e tratar com o **qualitativo** da realidade e que se encontra em cada situação particular.*

Uns a explicitam e outros não, mas a oposição à redução positivista de toda sistematização se funda em uma epistemologia dialética”.¹

5. que as fontes principais de *diferenciação* encontram-se em:

- Os **objetivos específicos** que se perseguem prioritariamente com a sistematização; quer dizer, se a sistematização se faz:
 - *para* favorecer o intercâmbio de experiências; ou
 - *para* que a equipe tenha melhor compreensão de seu trabalho; ou
 - *para* adquirir conhecimentos teóricos a partir da prática; ou
 - *para* melhorar a prática.


- O **objeto concreto** que se sistematizará; ou seja, se o que se quer sistematizar é fundamentalmente:
 - a prática dos educadores; ou
 - a prática dos grupos populares; ou
 - a relação entre educadores e educandos.

Assim, a diferença dependerá do fato de que se busca abranger o conjunto de práticas e relações ou, ao contrário, só um aspecto central dessa prática.

Finalmente, o trabalho mencionado coloca a debilidade principal na maioria das propostas de sistematização: a *metodológica*. Concordo em qualificar este aspecto decisivo como o principal obstáculo com o qual nós educadores populares e animadores, encontramos quando queremos sistematizar.

O tema da metodologia, na realidade, tem a ver com um conjunto de elementos teóricos e práticos que se ‘entrecruzam’ quando pretendemos executar uma proposta de sistematização: a **concepção** (do processo de conhecimento, do processo social, do que é sistematizar), as **categorias** que se utilizam (para o ordenamento ou a interpretação da experiência), a **seqüência lógica** de passos ou momentos previstos, as técnicas e procedimentos operativos de cada passo, etc.

O que muita gente busca, enquanto método, é uma “receita” que possa ser aplicada rápida e facilmente a qualquer experiência, não importando seu contexto. Pensa-se que os assuntos de método referem-se simplesmente a uma lista de passos ou tarefas que se tem que seguir.



Não é comum o reconhecimento da complexidade do *metodológico em seu sentido mais profundo*. Implica sustentar teoricamente e organizar de forma rigorosa uma determinada sequência de momentos, que seja coerente com uma fundamentação teórico-filosófica e que se execute de forma criadora (de acordo com as características de cada experiência e as particularidades do contexto).

As diferenças de método que encontramos nas distintas propostas de sistematização têm precisamente a ver com tudo isto: com diferenças de concepção, de objetivos previstos, de objetos que se propõe sistematizar e de experiências práticas de quem formula as propostas.

Definitivamente, o metodológico é um aspecto fundamental sobre o qual há que avançar, seguindo a experiência acumulada nesses encontros e desencontros. Por isso, as páginas que se seguem buscam contribuir, a partir de nossa experiência, com diálogo, aprendizagem, confrontações com outras experiências e uma fundamentação teórico metodológica e suas correspondentes consequências operacionais, como uma forma de contribuir para que continuemos nos “encontrando”. O trabalho já mencionado de Diego Palma, permite-nos avançar rapidamente na questão de como se está concebendo e propondo a sistematização, justamente porque ordena e confronta diferentes propostas de sistematização, encontrando elementos de coincidência e de diferenciação entre elas.

O que é sistematizar?

Primeira aproximação: A experiência

Partamos da seguinte consideração básica: quando falamos de sistematização estamos falando de um exercício que se refere, necessariamente, a experiências práticas concretas. No nosso caso, vamos nos referir sempre a experiências de educação popular, organização popular ou promoção social.

Estas experiências são processos sociais *dinâmicos*: em permanente mudança e movimento. São também processos sociais *complexos*, em que se interrelacionam, de forma contraditória, um conjunto de fatores objetivos e subjetivos:


- as **condições** do contexto em que se desenvolvem;
- **situações** particulares a enfrentar-se;
- **ações** dirigidas para se conseguir determinado fim;
- **percepções, interpretações e intenções** dos diferentes sujeitos que intervêm no processo ;
- **resultados** esperados e inesperados que vão surgindo;
- **relações e reações** entre os participantes.

São processos particulares que *fazem parte de uma prática social e histórica mais geral* igualmente dinâmica, complexa e contraditória.

Estamos falando, então, de experiências vitais, carregadas de uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada caso, representam processos inéditos e irrepetíveis. É por isso que é tão apaixonante a tarefa de **compreendê-las, extrair seus ensinamentos e comunicá-los**.

Como diz Alfonso Ibáñez:

“...As práticas de educação popular buscam inserir-se nos processos sociais e organizativos da população, visando a resolução de seus problemas, necessidades e aspirações, num contexto bem determinado. Em



qualquer caso, põem-se em marcha ou impulsionam-se processos sociais de ação consciente e organizada, por meio de um reflexão crítica de sua situação, que permitam modificá-la no sentido do projeto histórico popular. Ele conduz, normalmente, à elaboração de estratégias político-pedagógicas de intervenção, em função do apoio e potencialização do protagonismo de distintos sujeitos populares.

Estamos, então, diante de experiências da realidade que são susceptíveis de ser entendidas e, portanto, sistematizadas de maneira dialética. Essas experiências de educação popular ou de promoção em geral, podem ser lidas ou compreendidas como uma unidade rica e contraditória, cheia de elementos constitutivos que estão presentes num movimento próprio e constante... Além disso, estas experiências, estes processos sociais, organizativos e culturais muito específicos, estão, por sua vez, relacionados com outros processos da realidade que possuem características similares...”¹

Este ponto de partida é o que nos permite aproximar-nos da sistematização a partir do que a própria riqueza das experiências pede que se faça: **apropriar-se da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido.**

Segunda aproximação: o conceito de sistematização

Já é um lugar comum entender a sistematização como uma reflexão da experiência. Sem dúvida, é evidente que nem toda reflexão sobre uma experiência poderá ser classificada como “sistematização”. Como vimos no item anterior, alguns autores enfatizam uns elementos mais que outros, de acordo com os objetivos ou objeto de sistematização que se propõem.

Por exemplo, há quem coloque o acento na **reconstrução ordenada da experiência:**

“Com esse conceito alude-se a um processo de reflexão que pretende ordenar ou organizar como foram o caminho, os processos, os resultados de um projeto, buscando em tal dinâmica as dimensões que podem

*explicar o curso que assumiu o trabalho realizado. Como a experiência envolve diversos atores, a sistematização tenta elucidar também o sentido ou o significado que o processo teve para os atores que dela participaram”.*²

Outros autores acentuam seu caráter de **processo produtor de conhecimentos**:

*“Entendemos a sistematização como um processo permanente, cumulativo, de criação de conhecimentos a partir de nossa experiência de intervenção numa realidade social, como um primeiro nível de teorização sobre a prática. Nesse sentido, a sistematização representa uma articulação entre teoria e prática(...) e serve a objetivos dos dois campos. Por um lado mostra como melhorar a prática, a intervenção, a partir do que ela mesma nos ensina (...); de outra parte (...) aspira a enriquecer, confrontar e modificar o conhecimento teórico atualmente existente, contribuindo para convertê-lo em uma ferramenta realmente útil para entender e transformar nossa realidade.”*³

Outros enfatizam que, sistematizar implica **conceitualizar a prática, para dar coerência a todos os seus elementos**:

*“Um dos propósitos principais da sistematização é a conceitualização da prática (...), para colocar em ordem todos os elementos que intervêm nela; não uma ordem qualquer, mas aquela que organiza o fazer, que lhe dá corpo, que o articula em um todo, em que cada uma de suas partes situe sua razão de ser, suas potencialidades e suas limitações (...) um “pôr em sistema” o fazer, na busca de coerência entre o que se pretende e o que se faz.”*⁴

Outros ressaltam o fato de que a sistematização é um **processo participativo**:

“Na Educação Popular, a sistematização é uma espécie particular de criação participativa de conhecimentos teórico-práticos, a partir de e

² Martinic, Sergio: *Algunas categorías de análisis para a sistematización*. CIDE-FLASCO, Santiago, janeiro de 1989.

³ Taller Permanente de Sistematización , CEAAL-Peru: *Y cómo lo hace? Propuesta de método de sistematización*. Lima, junho de 1992.

⁴ Antillón, Roberto: *Como entendemos la Sistematización desde una Concepción Metodológica Dialéctica? Documento para discusión*. IMDEC-ALFORJA, Guadalajara, 1991.

*para a ação de transformação, entendida como a construção da capacidade protagonista do povo.*⁵

Concordando, basicamente, com os elementos que aparecem nessas diferentes abordagens, pensamos que ainda é necessário precisar mais aquilo que é próprio do tipo de reflexão ou conceitualização que realiza a sistematização. O que a diferencia de outros tipos de reflexão que se realizam a partir da prática e tem, igualmente, a intenção de teorizar sobre ela, para transformá-la?

Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora é que ela *busca penetrar no interior da dinâmica das experiências*. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender estes processos a partir de sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria.

Sintetizando esta característica essencial e própria, poderíamos aventurarnos a afirmar que:

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Esta afirmação básica, contém sinteticamente várias afirmações particulares:

- Define a sistematização como **interpretação crítica**, quer dizer, como o resultado de todo um esforço para compreender o sentido das experiências, tomando distância delas.
- Assinala que essa interpretação só é possível se previamente se **ordenou e reconstruiu** o processo vivido nas experiências.

- É uma interpretação que se caracteriza por descobrir a **lógica** que conduz o processo, quais os fatores que intervêm nele e as relações entre eles.

A partir dessas afirmações centrais, poderíamos acrescentar outras características importantes da sistematização:

- A sistematização de uma experiência **produz um novo conhecimento**, um primeiro nível de conceitualização a partir da prática concreta que, uma vez que possibilita sua compreensão, leva a transcendê-la, a ir mais além dela mesma. Nesse sentido, permite-nos abstrair o que estamos fazendo em cada caso particular e encontrar um terreno fértil onde a generalização é possível.
- A sistematização, ao reconstruir o processo da prática, identificar seus elementos, classificá-los e reordená-los, faz-nos **objetivar o vivido**, “fazer uma parada para tomar distância” do que experimentamos vivencialmente e converter assim a própria experiência em objeto de estudo e interpretação teórica e, ao mesmo tempo, em objeto de transformação.
- A sistematização **põe em ordem conhecimentos desordenados e percepções dispersas** que surgiram no transcorrer da experiência. Assim, explicita intuições, intenções e vivências acumuladas ao longo do processo. Ao sistematizar, as pessoas recuperam de maneira ordenada *o que já sabem* sobre sua experiência, descobrem *o que ainda não sabem* sobre ela, mas também revela-se *o que “ainda não sabiam que já sabiam”*.
- Ao sistematizar não só se atenta aos acontecimentos, seu comportamento e evolução, como também **às interpretações** que os sujeitos tem sobre eles. Cria-se assim um espaço para que essas interpretações sejam discutidas, compartilhadas e confrontadas.⁶

Acreditamos que essas características básicas perfilam uma concepção de sistematização que não se confunde com outros processos de reflexão, estudo ou comunicação de experiências. Nesse sentido, cremos que vale a pena reafirmar explicitamente que sistematização **não** é:

- *Narrar* experiências (mesmo que o testemunho possa ser útil para sistematizar, deve-se ir mais além da narração).
- *Descrever* processos (pois, ainda que seja necessário fazê-lo, é preciso passar do nível descritivo ao interpretativo).
- *Classificar* experiências por categorias comuns (esta pode ser uma atividade que ajuda o ordenamento, mas não esgota a necessidade de interpretar o processo).
- *Ordenar e tabular* informação sobre experiências (igual ao caso anterior).
- Fazer uma dissertação teórica *exemplificando* com algumas referências práticas (pois não seria uma conceitualização surgida da interpretação desses processos).

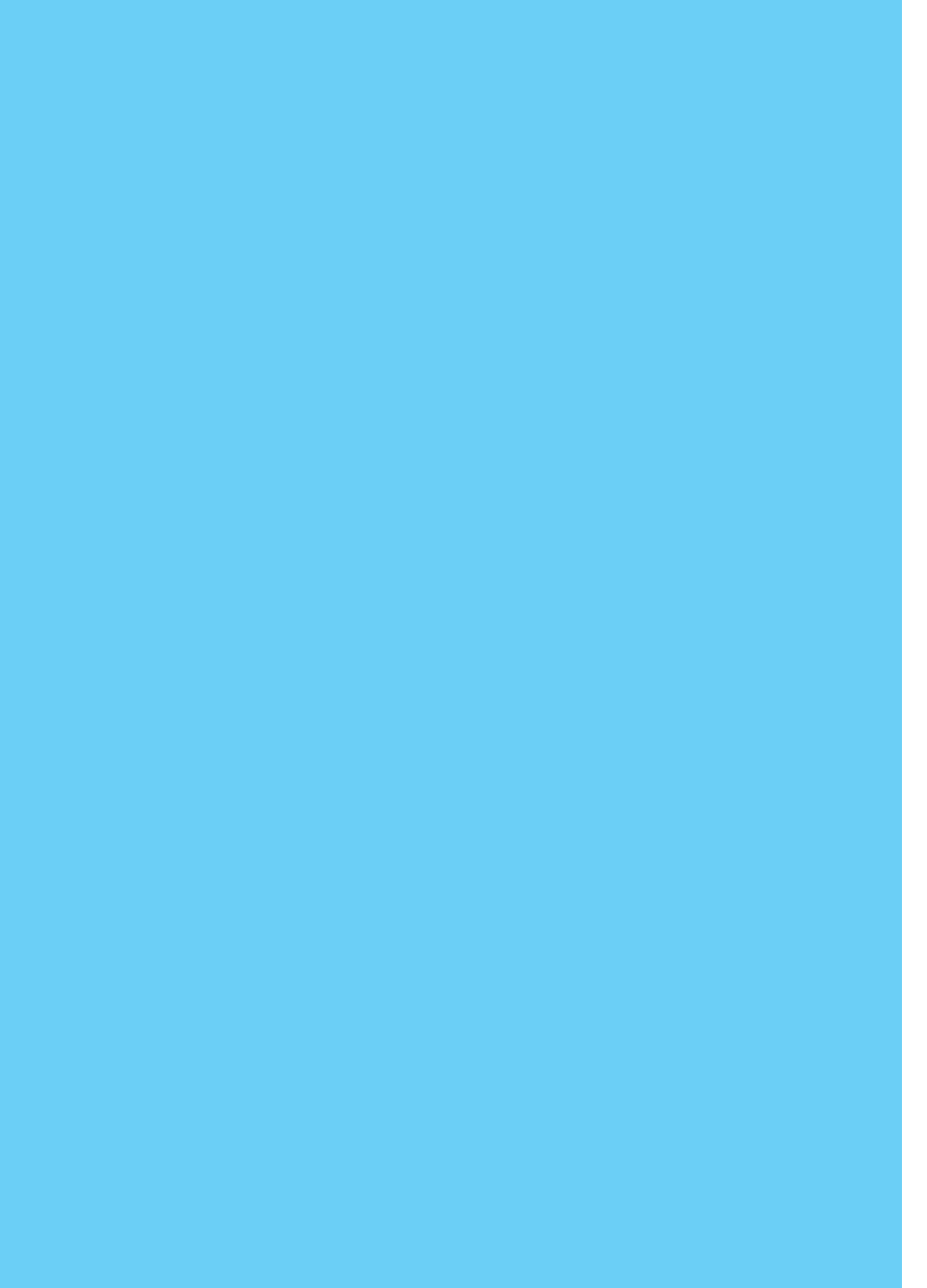
Concebida da maneira que propomos, a sistematização situa-se no caminho intermediário entre a descrição e a teoria, um terreno no qual temos pouco costume de transitar. A tendência a contar anedoticamente experiências vividas, a encaixar processos originais em esquemas rígidos pré-estabelecidos ou a jogar discursos abstratos com o pretexto de alguma referência a experiências de campo, atenta contra o modo de pensar dinâmico, rigoroso, processual, crítico e criativo que é indispensável para realmente “sistematizar”.

Muitas aproximações ao conceito de sistematização não o abordam a partir da precisão de suas características essenciais, mas sim a partir dos objetivos que propõe, das utilidades que oferece ou dos procedimentos

⁶ Parece-nos muito precisa a forma como Martinic e Walter ressaltam essa característica: “As práticas sociais que se estudam são entendidas como situações nas quais há atores involuntários. Estes conhecem e interpretam a realidade de modos diferentes que, por sua vez, tem relação com o mundo social e cultural ao qual pertencem. Trata-se assim de recuperar o que os atores sabem da experiência na qual participam (...) As interpretações que se produzem acerca da experiência e da prática dos sujeitos se assume como premissa (...) O que se vê agora são os sentidos que as ações têm para os atores que as promovem e os resultados que elas têm, de acordo com os propósitos que eles mesmos estabeleceram.” Martinic, Sergio y Horacio Walker: *La reflexión metodológica en el proceso de sistematización de experiencias de educación popular*. CIDE. In vários autores, *La sistematización de projetos de educação popular*. CEAAL, Santiago de Chile, 1987, p.8. Ver também: Falkembach, Elza M.: *Sistematização*. SPEP, Universidade de Ijuí. *Série Educação Popular*, 1. Livraria Unijuí Editora, R.S., Universidade de Ijuí, R.S., Brasil, 199, p.11

que aplica. Nós pretendemos contribuir para a construção do conceito de sistematização a partir dos pontos de confluência de muitas propostas diferentes, tratando de ir um pouco mais além. Esperamos que sirva de incentivo a outros, para continuar aprofundando, num debate fraterno, essa tarefa de conceitualização, que só será possível se avançarmos também em nossas práticas.

Continuemos agora, na mesma linha, buscando precisar dois aspectos complementares que são de suma importância e cuja abordagem suscita muito interesse em educadores e animadores: a) para que serve a sistematização b) quais são suas diferenças com relação à investigação e à avaliação.



Para que serve sistematizar?

Tendo apontado características essenciais que definem, a partir do nosso ponto de vista, o que é um processo de sistematização, passemos agora a assinalar algumas de suas múltiplas possibilidades de utilização em trabalhos de educação, animação e organização popular.

Uma primeira afirmação elementar é que *sempre sistematizamos para algo*. Não tem sentido sistematizar por sistematizar, só para “fazer uma sistematização” e ponto. A sistematização é sempre um *meio* em função de determinados objetivos que a orientam e lhe dão sentido. Quer dizer, em função de uma *utilidade concreta* que vamos lhe dar, em relação com as experiências que estamos realizando.

Toda sistematização tem dois componentes básicos, aos quais podemos assinalar uma determinada utilidade: o **processo** de sistematização e o **produto** (ou produtos) da sistematização. Ambos os componentes estão intimamente ligados, mas é importante diferenciá-los, sobretudo na hora de definir a utilidade que esperamos obter deles.

De maneira muito sintética poderíamos resumir as múltiplas possibilidades e utilidades da sistematização do seguinte modo:

- **Ter uma compreensão mais profunda das experiências que realizamos, com o fim de melhorar nossa própria prática.**
- **Compartilhar com outras práticas semelhantes os ensinamentos surgidos com a experiência.**
- **Conduzir à reflexão teórica (e em geral à construção de teoria) os conhecimentos surgidos de práticas sociais concretas.**

Compreender e melhorar nossa própria prática:

A sistematização possibilita compreender como se desenvolveu a experiência, *por que se deu dessa maneira e não de outra*; dá conta das mudanças ocorridas, como se produziram e porque se produziram.

Diferente de outros esforços reflexivos, a sistematização permite entender a *relação entre as diferentes etapas de um processo*: que elementos foram mais determinantes que outros e porque, e quais foram os momentos significativos que marcaram o desenvolvimento posterior de uma experiência e que deram determinadas viradas ao seu encaminhamento.

Sistematizar permite, assim, diferenciar os elementos constantes dos ocasionais; os que ficaram sem continuidade no trajeto, os que incidiram em novas pistas e linhas de trabalho, os que expressam vazios que apareceram muitas vezes. Assim, permite determinar os momentos de aparecimento, de consolidação, de desenvolvimento, de ruptura, etc., dentro do processo e como os diferentes fatores comportaram-se em cada um deles.

Nesse sentido, a sistematização possibilita entender a lógica das relações e contradições entre os diferentes elementos, localizando *coerências e incoerências*: por exemplo, entre a dinâmica do processo particular que realizamos e os desafios que a dinâmica social geral havia colocado para nossas práticas. “A localização das etapas pelas quais uma organização ou instituição passou, toma sentido na medida em que se vão estabelecendo as relações e as conseqüentes adequações dos projetos, em função do desenvolvimento dos processos de transformação social. No caso de um centro de apoio ao movimento popular, haveria que ver como se deu a evolução de seus programas com respeito aos diferentes momentos e conjunturas políticas que as organizações que se apoia estão atravessando”.¹

Tudo isso só tem sentido na medida em que nos ajuda a entender *como chegamos ao momento em que estamos*; quer dizer, a explicar-nos nossa própria trajetória e não para reconstruir o passado por reconstruir e sim para poder *compreender melhor nosso presente*, localizando - a partir da trajetória acumulada - os elementos, características, contradições e desafios da etapa atual em que nos encontramos.

¹ Antillón, Roberto “*Como entendemos la sistematización desde una concepción metodológica dialéctica?*” IMDEC in *Sistematização...que?* (seleção de textos), ALFORJA, São José, 1992. pp.53-58.]

Evidentemente que, chegados a este ponto, a derivação lógica de uma reflexão de tal natureza só pode ser uma: obter conclusões que sirvam para melhorar a prática, para fazê-la mais coerente no futuro; para superar seus vazios, reafirmar os pontos fortes, insistir nos fatores cujo comportamento demonstrou que são “sinérgicos”² e para não repetir o que muitas vezes foi fator de debilidade ou desgaste.

Como dizem as companheiras da *Oficina de Sistematização CEAAL-Peru*:

“A sistematização permite, ao refletir, questionar, confrontar a própria prática, superar o ativismo, a repetição rotineira de certos procedimentos, a perda de perspectiva em relação ao sentido de nossa prática. Nessa medida é um bom instrumento para melhorar a intervenção”.

Em síntese, o processo de sistematização permite *pensar no que se faz*, seu produto ajuda a *fazer as coisas pensadas*.

Extrair seus ensinamentos e compartilhá-los

Cada experiência de educação, animação e organização popular é única e irrepetível; mas isso não significa que podem ser entendidas e mantidas isoladas, cada uma dentro de sua “própria verdade”. Qualquer prática social transformadora tem intenções, apostas, desenvolvimentos e resultados que definitivamente servem de inspiração, iluminação ou advertência a outras práticas semelhantes.

Os grandes propósitos dessas experiências são geralmente confluentes ou, pelo menos, não antagônicos. Extrair os ensinamentos da própria experiência, para compartilhá-los com outros, deveria ser sempre uma linha de trabalho priorizada entre nós que fazemos educação e animação popular. Da mesma maneira que, inversamente, estar atentos para conhecer e

² Quer dizer, fatores que possuem a característica de dinamizar outros; que podem imprimir sentido e projeção a outros elementos que têm energias em repouso, sob a forma de potencialidades e que requerem que outro fator os incentive para liberá-las. Ver também, a respeito, a contribuição dada por Manfred Max Neef e os companheiros do CEPUR no Chile, ao falar de “satisfatores sinérgicos das necessidades humanas”; quer dizer, processos que podem satisfazer várias necessidades em *Desarrollo a escala humana*, CEPUR, Santiago, 1986.

aprender da experiência de outros, deveria ser uma atitude permanente dos que crêem não possuir verdades definitivas e nem estar pondo em marcha práticas perfeitas. *Aprender e compartilhar* são, assim, dois verbos que não podem ser desligados do exercício de sistematizar.

Aqui reside, justamente, uma contribuição insubstituível da sistematização, entendida no sentido que estamos reafirmando: poder realizar uma confrontação entre experiências diferentes, baseada no *intercâmbio de aprendizagens*, de valorações qualitativas com respeito à lógica e aos elementos presentes nos processos que experimentamos.

Isto significa superar o intercâmbio descritivo ou narrativo das experiências, dos quais pouco se pode tirar, salvo se conhecermos como elas estão se realizando. O relato puramente anedótico, geralmente linear e cronológico, pode ser ilustrativo e, se está bem contado, pode ser até apaixonante, mas é um desperdício se não tiver uma explicitação de seus ensinamentos, o que o faria “compartilhável”.

Evidentemente, com a sistematização não se trata de chegar a *comparar* experiências, nem mesmo de ver qual poderia ser “melhor” que as outras. Trata-se de compartilhar criticamente *os resultados que surgem da interpretação dos processos*; de colocar sobre o tapete da reflexão coletiva as contribuições e os ensinamentos que se aprendem a partir do que foi vivido por cada um em particular.

Isto produz uma plataforma de abordagem para o encontro entre nossas práticas e para o aprofundamento teórico, radicalmente diferente e qualitativamente superior. Cria um novo ponto de partida que, sendo agora comum e coletivo, pode chegar a propor perguntas de um grau de complexidade maior, de um nível mais profundo de abstração, onde as confluências e diferenças entre as práticas individuais tomam um novo sentido e adquirem um valor explicativo mais relevante.

Com essa perspectiva, a sistematização contribui também para o intercâmbio de experiências, possibilidades que vão muito mais além do que pode oferecer uma classificação ordenada de experiências diversas que as agrupe e compare de acordo com determinadas características comuns: seus

objetivos, metodologia, opção teórica, âmbito de ação, temas ou sujeitos prioritários.³

Com a visão que propomos, não pretendemos catalogar “a partir de fora” as experiências, enfatizando aquilo em que se parecem, e sim relacioná-las num nível de reflexão crítica, onde **o que difere contribui tanto ou mais que o semelhante** na busca de respostas de fundo frente às mesmas perguntas.

Por exemplo:

Poucas coisas semelhantes poderíamos encontrar entre uma experiência de educação popular em Colomoncagua, um campo de refugiados salvadorenhos de origem camponesa em Honduras, promovendo a saúde comunitária e enfrentando o trauma da guerra e do exílio, e uma experiência de educação popular com operários metalúrgicos que se realizava, na mesma época, no município de São Bernardo do Campo, no Brasil, e que em meio ao ascenso de greves, promovia a incorporação da luta por eleições presidenciais diretas. Dificilmente apareceriam juntas numa classificação. A narração do que sucedeu num e noutro lugar não passaria de uma informação interessante. Sem dúvida, a permitirá encontrar uma fonte de intercâmbio riquíssima em torno do reconhecimento dos fatores que estavam - em cada caso - facilitando ou dificultando a organização a partir da base; ou no papel decisivo que poderiam estar jogando a formação de educadores surgidos da própria população; ou de que maneira a produção de materiais educativos demonstrou ser útil ou não para o alcance dos objetivos; quais foram as relações entre dirigentes e base nas diferentes etapas, ou que importância teve, ao longo do processo, a vinculação com outros setores e organizações; ou que elementos permitiram vincular as necessidades imediatas com as perspectivas políticas de longo prazo...

É certo que para superar o nível descritivo é necessário um instrumental metodológico específico, mas isso veremos mais adiante.

Concluimos esse segundo ponto, assinalando mais um aspecto, que se deduz de todo o anterior: para que a sistematização sirva, efetivamente, ao intercâmbio de aprendizagem, será necessário não só interpretar as experiências, como também *fazê-las comunicáveis*.

³ Nesse sentido nossa proposta de sistematização se diferencia claramente do esforço por “ordenar experiências com vistas a estabelecer uma tipologia” ou “avaliar conjuntos separáveis”, que caracteriza fundamentalmente o enfoque promovido pelo CREFAL baseado nas contribuições de Pablo Latapí e que marcariam posteriormente a orientação das propostas de Félix Cadena.

Quer dizer, será necessário estruturar um *produto* com os resultados obtidos no *processo* de sistematização, de forma tal que permita a outros aproximarem-se adequadamente de sua compreensão e compartilhar seus ensinamentos, o que nem sempre é fácil. Os produtos podem ser muito variados, mas o importante agora é ressaltar que devem ser pensados com vistas a gerar um processo de *comunicação viva e retroalimentadora entre as experiências*.

O que significa isso? Que devemos entender como *intercâmbio* de experiências, não em seu sentido elementar de “conhecer umas as outras”, mas sim no sentido de **confrontar as aprendizagens mútuas** que obtivemos com elas, de tal modo que nos permita olhar nossas próprias experiências com novos olhos. Aqui poderíamos distinguir três momentos:

1. A sistematização (como dissemos linhas acima) é um processo que permite “objetivar” o vivido.
2. Ao ter que dar conta de nossa prática, vemo-nos obrigados a expor ante os outros um produto que a comunique, o que significa realizar uma “segunda objetivação”. Normalmente, este fato nos permite compreender ainda melhor os ensinamentos obtidos ou dar-nos conta de alguns vazios de interpretação que só se fazem evidentes quando buscamos explicá-los.
3. Ao tentar apropriar-nos das aprendizagens de outras práticas, vamos relacioná-las necessariamente com a nossa, pondo em confronto crítico os aspectos comuns e os diferentes. Realiza-se, desse modo, uma “terceira objetivação” de nossa própria experiência, graças às contribuições que nos suscitam as experiências alheias.

Seguindo esse processo não continuaremos a ver nossa prática com os mesmos olhos. Ao contrário, dialeticamente *reafirmaremos* posições que tínhamos antes, graças aos novos elementos que incorporamos, ou eles farão com que modifiquemos no todo ou em parte nossas apreciações iniciais. Isto fará com que tenhamos critérios orientadores válidos que permitam transformar e melhorar nossas próprias práticas e inseri-las dentro de um processo coletivo que as transcendam e por isso lhe dê sentido histórico.

vivo e retroalimentador, essa confrontação crítica, essa dimensão comunicativa, não pode ser considerado um aspecto secundário ou optativo, mas sim um aspecto *substancial* da sistematização. E isso é válido não só para melhorar a própria prática, mas também para contribuir à construção teórica.

Serve de base para a teorização e a generalização

Esta utilidade da sistematização é, sem dúvida, a mais complexa de conseguir e requer maior aprofundamento. No capítulo V tentaremos abordar esse desafio a partir da perspectiva de uma concepção metodológica dialética. Basta agora assinalar, de modo geral e introdutório, algumas considerações básicas sobre como a sistematização pode servir a esses propósitos.

Para transformar a realidade é preciso conhecê-la. Isso nos propõe o objetivo de produzir conhecimentos a partir de nossa inserção concreta e cotidiana em processos sociais específicos que fazem parte dessa realidade.⁴ Se nossa inserção se dá principalmente por meio de processos de educação, animação e organização popular, temos aí um excelente ponto de partida precisamente pela riqueza e multidimensionalidade dessas experiências. Elas trazem elementos que normalmente não são tomados pelas ciências sociais:

“As práticas de animação e educação popular se realizam nos espaços particulares, incidem nas dimensões cotidianas da vida dos setores populares. Esta dimensão tem sido pouco estudada pelas ciências sociais, que têm privilegiado o conhecimento do geral, do ‘macro’. A sistematização representa uma contribuição para a produção de conhecimento a partir e sobre o particular, o cotidiano, enriquecendo, confrontando e questionando o conhecimento existente sobre esses processos sociais, para que seja cada vez mais adequado às condições rapidamente mutantes da realidade em nossos países”⁵

⁴ Preferimos usar a expressão “fazem parte” em lugar de “são parte” para sublinhar a interrelação profunda entre o particular e o geral dos processos sociais. As dinâmicas do geral se expressam e vivem a partir do particular. Assim, tratamos de superar uma visão formalista e estática que vê essas relações como uma vinculação entre “o pequeno” (o particular) e o grande (o geral).

⁵ Oficina de Sistematização CEAAL-Peru: *“A sistematização no interior do Coletivo de Apoio Metodológico do CEAAL (rascunho para discussão)*. Lima, 1991, pg.4.

O exercício de sistematização é um exercício claramente **teórico**; é um esforço rigoroso que formula categorias, classifica e ordena elementos empíricos; faz análise e síntese, indução e dedução; obtém conclusões e as formula como pautas para sua verificação prática. A sistematização relaciona os processos imediatos com seus contextos, confronta o fazer prático com os pressupostos teóricos que o inspiram. Assim, o processo de sistematização se sustenta em uma fundamentação teórica e filosófica sobre o conhecimento e sobre a realidade histórico-social.

A sistematização cria novos conhecimentos mas, na medida que seu objeto de conhecimento são os processos e sua dinâmica, permite trazer à teoria algo que lhe é próprio: explicações sobre a *mudança* dos processos.

*“Trata-se não só de entender situações, processos ou estruturas sociais mas também, no fundamental, conhecer como se produzem novas situações e processos que podem incidir na mudança de certas estruturas”.*⁶

Com base nessas características próprias, como exercício teórico que permite criar conhecimentos a partir do cotidiano e explicar os fatores de mudanças nos processos, é que a sistematização pode contribuir de forma decisiva para a recriação e a construção de teoria dinamizando dialeticamente a relação entre o conhecimento teórico já existente, como expressão do saber acumulado, e novos conhecimentos que surgem de novas situações e processos. As integrantes da *Oficina de sistematização CEEAL-Peru* formularam esse desafio de maneira muito nítida:

“...a sistematização, como atividade de produção de conhecimento a partir da prática, aspira a enriquecer, confrontar e modificar o conhecimento teórico atualmente existente, contribuindo para convertê-lo em uma ferramenta realmente útil para conhecer e transformar nossa realidade. É assim que a sistematização produz uma ‘reconceitualização’ mediante a qual as concepções teóricas vigentes são redefinidas a partir da prática, a partir dos novos conhecimentos que se elaboram ao se refletir sobre a ação. Esses novos conhecimentos serão logo difundidos e, por sua vez, confrontados com outras experiências, num processo em espiral, flexível e dinâmico, onde o aprendido é sempre base para novos conhecimentos. Assim, a sistematização e a socialização do novo saber

*produzido mediante ela(...), irá conformando um corpo de conhecimentos, produto da prática, que estará em condições de confrontar-se com a elaboração teórica atualmente existente”.*⁷

Definitivamente, a sistematização permite incentivar um *diálogo entre saberes*: uma articulação criadora entre o saber cotidiano e os conhecimentos teóricos, que se alimentam mutuamente. Esta é talvez uma das tarefas privilegiadas da educação popular, o que reafirma a importância fundamental de sistematizar nossas experiências, não só pelas possibilidades que têm, mas pela responsabilidade que implica para nós, educadores e educadoras populares.

O que acabamos de dizer tem como consequência que, em trabalhos de educação popular, se tenha que empreender com igual rigor tanto o esforço por aprender e conceitualizar a partir da prática (o que vem a ser característico da sistematização), quanto o esforço por conhecer e dominar as características e os termos nos quais se estabelece o debate teórico atual.

Por último, não podemos deixar de assinalar que tudo o que foi expresso nesse item coloca a sistematização como um fator *indispensável e privilegiado para nossa própria formação*. Nossas experiências se convertem, graças a ela, na fonte mais importante de aprendizagem teórico-prática que temos: para compreender e melhorar nossa práticas, para extrair os ensinamentos e compartilhá-los com outros, para contribuir com a construção de uma teoria que responda à realidade e, por isso, permita orientar nossa prática à sua transformação.

Concebida assim, a sistematização não pode ser um fato pontual e sim permanente e deve, por conseguinte, ser realizada pelos próprios educadores, animadores, dirigentes e setores populares que comprometem sua vida cotidianamente nesses processos.

⁷ Oficina de sistematização CEAAL-Peru: *Como fazer? Proposta de método de sistematização*. Lima, junho de 1992, págs. 6 e 7.

the \mathbb{R}^n space. The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

The \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers, and the \mathbb{R}^n space is a vector space over the real numbers.

A pedra de toque:

confluências e diferenças entre sistematização, pesquisa e avaliação

Uma das dificuldades mais frequentes para precisar em que consiste especificamente a sistematização é a indefinição das fronteiras e zonas comuns entre ela, a avaliação e a pesquisa social. Sendo esta uma causa de tropeços, pode, porém, converter-se numa fonte de avanços importantes se conseguirmos encontrar algumas pistas esclarecedoras.

Começaremos assinalando que essas três atividades são como irmãs de uma mesma família. Afirmemos, pois, que todas contribuem ao mesmo propósito geral de conhecer a realidade para transformá-la e que as três se situam no terreno do conhecimento.

Um segundo elemento que devemos considerar é que todas elas se alimentam mutuamente e as três são indispensáveis. Não podemos prescindir de alguma, se queremos avançar diante dos desafios teóricos e práticos que nos estabelecem os trabalhos de educação, animação e organização popular.

Uma terceira aproximação nos leva a colocar suas particularidades e a contribuição específica de cada uma ao propósito comum: ¹

- A *avaliação*, como a sistematização, representa um **primeiro nível de elaboração conceitual** e também tem como objeto de conhecimento a prática direta dos sujeitos que a realizam, ou seja, sua prática imediata. Mas sua lógica não é realizar uma interpretação da lógica do processo vivido, mas sim fundamentalmente *medir os resultados obtidos pelas experiências, confrontando-os com o diagnóstico inicial e objetivos e metas que se haviam proposto*. Essa medição não é somente *quantitati-*

¹ Um maior detalhe sobre este aspecto pode ser encontrado no trecho sobre sistematização e construção teórica em: Jara, Oscar. “Capacitarse para sistematizar experiencias”. Em “Sistemati...que?” (seleção de textos), ALFORJA, p.98 e 99.

va e sim deve aspirar a situar as mudanças *qualitativas* que a experiência produziu.

- Tanto a avaliação como a sistematização supõe realizar um **exercício de abstração** a partir da prática; mas enquanto a sistematização se centra nas dinâmicas dos processos, *a avaliação põe mais ênfase nos resultados*. A partir de sua contribuição particular ambas se convertem em *fatores integrantes de nossa própria formação*.
- A avaliação deve, por isso, ser considerada um **fato educativo**, útil para todos que participam da experiência e não como uma tarefa formal que faz um simples balanço entre custos e benefícios. Como o sistematização, a avaliação deve chegar a conclusões práticas e ambas *devem retroalimentar-se mutuamente* com o fim de confluir em seu propósito comum: melhorar nossos trabalhos.
- Este primeiro nível de conceitualização a que chegamos por meio da avaliação e da sistematização é **a base para um processo de teorização mais amplo e profundo**. Para passar aos outros níveis é necessário relacionar o conhecimento produzido a partir de práticas particulares com o conhecimento acumulado, sintetizado e estruturado nas teorias existentes.
- A *pesquisa*² (cujo objeto não se limita à própria experiência, podendo abarcar múltiplos fenômenos, processos e estruturas) é um exercício que **gera conhecimento científico**, e este se caracteriza porque “baseia-se num corpo teórico entendido como um conjunto de leis fundamentais que procuram compreender e explicar os movimentos e contradições inerentes da sociedade, que é confrontado e enriquecido com o conhecimento obtido de forma sistemática. Adquiri-se mediante formas metódicas. Os resultados assim conseguidos podem se avaliar e compa-

² É certo que aqui estamos nos referindo à investigação que se realiza nas ciências sociais, a partir de uma perspectiva dialética, crítica e comprometida com os interesses populares. Em particular, àquela que se deve realizar como uma dimensão necessária do trabalho de educação, animação e organização popular. Colocamo-nos claramente na vertente que Diego Palma qualifica de “investigação crítica”, oposta à corrente positivista que impregna certas correntes da ciências sociais.

rar. Os produtos de conhecimento incorporam-se a um sistema que se enriquece e se aperfeiçoa”.³

- A pesquisa social realiza um exercício teórico que nos permite uma compreensão das determinações mais profundas e essenciais da realidade histórico-social. A pesquisa enriquece a interpretação da prática direta que realiza a sistematização, com novos elementos teóricos, *permitindo um maior grau de abstração e generalização*.⁴

Como acontece com a avaliação, a pesquisa e a sistematização **devem retroalimentar-se mutuamente**, cada uma contribuindo com o que lhe é próprio. Cada uma constitui uma maneira particular de aproximar-se do conhecimento da realidade e cada uma é insubstituível. Não devemos confundi-las, nem tampouco contrapô-las, como se uma anulasse a outra. Postulamos a importância fundamental de ambas. Por isso, assim como reconhecemos a urgente necessidade de impulsionar a sistematização nos projetos de educação, animação e organização popular, devemos reafirmar a não menos importante necessidade de incentivar a pesquisa.⁵

³ Quiroz, Teresa e María de la Luz Morgan: “*La sistematización, un intento conceptual y una propuesta de operacionalización. (Documento de trabalho do CELATs)*. In: Vários autores, “*La sistematización en proyectos de educación popular*”. CEAAL, Santiago, 1987.

⁴ Para maior aprofundamento neste aspecto ver as características que destinamos à investigação a partir de um trabalho de educação popular:

- a) Não se separa o sujeito do objeto de investigação.
- b) É eminentemente participativa.
- c) Permite a compreensão da realidade como um todo articulado.
- d) Permite descobrir as causas dos fenômenos sociais.
- e) Valoriza o conhecimento existente no povo.
- f) Permite apropriar-se da capacidade de investigar...” In: Jara, Oscar: “*Investigación participativa: una dimensión integrante del proceso de educación popular*”, série Pensando la educación popular, N° 3, Alforja, San José, 1990, pp. 9-17.

⁵ Este tema nos remete, deste modo, à necessidade de aprofundar a relação entre “investigadores” e “animadores-educadores” ou entre aqueles e os setores populares. Em muitos centros de educação popular, por exemplo, existe uma separação radical entre as áreas de investigação e as de capacitação ou acompanhamento de base. Nós postulamos que todo educador ou animador popular deve saber fazer trabalho de base, avaliar, sistematizar e investigar. É indispensável romper com o esquema intelectualista-academicista (e também o basista), que coloca a investigação em um “limbo” alijado da prática do trabalho popular e a supervaloriza ou subvaloriza.

Na identificação das zonas comuns, e diferentes, desses três esforços reside a “pedra de toque” que permite realmente avançar até uma definição precisa do conceito e do papel da sistematização.⁶

Nossa principal preocupação, sem dúvida, deveria estar centrada em como incorporar de maneira *efetiva, viável e permanente*, processos e produtos de avaliação, pesquisa e sistematização nos nossos trabalhos cotidianos, na dinâmica de nossas instituições ou organizações. Nessa tarefa, seguramente, encontraremos formas criativas de articulação prática entre elas, onde mais importante que descobrir as barreiras que as separem, será pôr em funcionamento os “vasos comunicantes” entre elas. Na prática, certamente nos encontraremos, inclusive, com momentos e atividades nas quais a diferenciação não será nítida e, além do mais, não terá maior sentido preocupar-se com isto.

⁶ Como tudo que foi dito até aqui, vale a pena nos referirmos ao interessante esforço que Pablo Latapi realiza quando, buscando contribuir para a realização de “avaliações qualitativas” de conjuntos de projetos de educação de adultos na América Latina, propõe a necessidade de “ordenar experiências com vistas a estabelecer uma tipologia a partir do ponto de vista de seus enfoques teórico-sociais e a partir do ponto de vista de suas metodologias”. Desse modo, de acordo com a opção ideológico-política que as inspira, o diagnóstico que realizam da realidade social, a intenção de incidir sobre certa realidade, os processos instrumentais que se põem em operação e a forma de inserção política, ele classifica as experiências de acordo com determinadas tendências. (Por exemplo: extencionista, de animação, educação-concientização, organização econômica, organização política, educação política, mobilização política). Nós pensamos que este trabalho constitui um esforço muito interessante de investigação documental, mas não o qualificaríamos de “sistematização”. Ver: Latapi, Pablo, “*Tendencias de la Educación de Adultos en América Latina*”. CREFAL, UNESCO, México, 1984.

the first 10 years of life. The prevalence of SLE in the Netherlands is 10.5 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE is higher in the Rotterdam region than in the rest of the Netherlands. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region.

The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region.

The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region.

The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region.

The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region. The prevalence of SLE in the Rotterdam region is 12.1 per 100,000 people, with a prevalence of 12.1 per 100,000 people in the Rotterdam region.

the *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* (JEA). The *Journal of Applied Behavior Analysis* is the most widely read journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is the most widely read journal in the field of experimental behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is published by the American Psychological Association (APA) and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is published by the Society for Behavior Analysis (SBA). Both journals are peer-reviewed and contain high-quality research articles, reviews, and book reviews.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of experimental behavior analysis. Both journals are essential reading for researchers and practitioners in the field.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of experimental behavior analysis. Both journals are essential reading for researchers and practitioners in the field.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of experimental behavior analysis. Both journals are essential reading for researchers and practitioners in the field.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of experimental behavior analysis. Both journals are essential reading for researchers and practitioners in the field.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of experimental behavior analysis. Both journals are essential reading for researchers and practitioners in the field.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of experimental behavior analysis. Both journals are essential reading for researchers and practitioners in the field.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of experimental behavior analysis. Both journals are essential reading for researchers and practitioners in the field.

O problema de fundo:

a relação dialética entre prática e teoria

“O matemático Ta traçou uma figura muito irregular e convidou seus alunos a calcular sua superfície. Os alunos dividiram a figura em triângulos, círculos e outras figuras de superfície calculável; mas nenhum pode obter a superfície com exatidão.

*Então o mestre Ta tomou um tesoura, recortou a figura, colocou-a sobre um dos pratos de uma balança, pesou-a e colocou sobre o outro prato um retângulo facilmente calculável. Em seguida foi recortando o retângulo até que os pratos se equilibraram. Me-Ti qualificou-o de dialético porque -diferente de seus alunos, que só comparavam figura com figura- considerou a figura a calcular como um pedaço de papel com um peso (e dessa maneira resolveu o problema como um **problema real**, sem levar em conta as regras)”*

Bertold Brecht: Me-Ti, el libro de las mutaciones

Afirmamos nos capítulos anteriores que a sistematização situa-se no difícil e pouco transitado caminho intermediário entre a descrição de uma experiência e a reflexão teórica; que a sistematização é um primeiro nível de conceitualização e que pretende contribuir na melhora da própria experiência e, às vezes, no enriquecimento da teoria. Em que se fundamentam todas essas possibilidades? O que permitiria que uma reflexão sobre uma experiência específica possa aspirar contribuir na construção teórica? Quais seriam as características que deveriam ter para que, efetivamente, isso seja possível? Trataremos nesse capítulo de abordar estas interrogações a partir da *Concepção Metodológica Dialética*.¹

¹ Colocaremos nesse capítulo algumas idéias centrais em torno da Concepção Metodológica Dialética, a qual sustenta nossa proposta de sistematização. Pareceu-nos importante contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre esse tema entre educadores e dirigentes populares.

Uma Concepção Metodológica Dialética

A partir das experiências de educação popular muito se escreveu sobre a metodologia dialética², sem dúvida, devemos reconhecer que sendo um tema complexo existe o risco grande de simplificá-lo e esquematizá-lo até o ponto de que para muitos educadores populares, a concepção dialética reduziu-se à “aplicação” mecânica e superficial de três “passos” nas atividades de formação, ao que se chama de maneira leviana de “prática-teoria-prática”.

A *Concepção Metodológica Dialética* é uma maneira de **conceber a realidade**, de aproximar-se dela para **conhecê-la** e de atuar sobre ela para **transformá-la**. É, por isso, uma maneira integral de pensar e de viver: uma filosofia.³

A *Concepção Metodológica Dialética* entende a realidade como um **processo histórico**. Nesse sentido, concebe a realidade como uma *criação* dos seres humanos que, com nossos pensamentos, sentimentos e ações, transformamos o mundo da natureza e construímos a história outorgando-lhe um sentido.

A *Concepção Metodológica Dialética* entende a realidade histórico-social como **uma totalidade**: um todo integrado, em que as partes (o econômico, social, político, cultural; o individual, local, nacional, internacional; o objetivo, o subjetivo, etc.) não podem ser entendidos isoladamente, senão em sua relação com o conjunto. É uma totalidade que não é vista como soma aritmética das partes e sim como a *articulação interna de todas as suas múltiplas relações*:

² Em particular, no Alforja, levamos a cabo uma reflexão abundante sobre o tema. Ver, por exemplo: Carlos Nuñez: *Educar para transformar, transformar para educar*, Alforja, San José, 1984. Raul Leis: *Dialética e educación popular*, Alforja, San José, 1991. Oscar Jara: *Los desafíos de la educación popular*, Alforja, San José, 1984. *Aprender desde la práctica*, Alforja, San José, 1987. *Cómo conocer la realidad para transformala*, Alforja, San José, 1991.

³ Gramsci a chamava: Filosofia de la Praxis, filosofia da prática conservadora. Recomendamos para maior aprofundamento: Adolfo Sánchez Vásquez: *Filosofía de la praxis*, Ed. Grijalbo, México, 1967. Karel Kosik: *Dialéctica de lo concreto*, Ed. Grijalbo, México, 1976. Rodolfo Cortes de Moral: *El método dialéctico*. Ed. Trillas, México, 1985. Antonio Gramsci: *Introducción a la filosofía de la Praxis*, Ediciones Península, Barcelona, 1978. *El materialismo histórico e la filosofía de Benedetto Croce*, Ed. Nueva Visión, Bs. As. 1973. Marx, Carlos, *Tesis sobre Feuerbach y La ideología Alemana*, Ed. Pueblos Unidos, Bs. As. 1973.

“ Totalidade significa: realidade como um todo estruturado e dialético, no qual pode ser compreendido racionalmente qualquer fato (...) O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da realidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como elemento do todo (...) Esta interdependência e mediação da parte e do todo significa, ao mesmo tempo, que os fatos isolados são abstrações, elementos artificialmente separados do conjunto, que só mediante sua união ao conjunto correspondente adquirem veracidade e concreção...”⁴

A *Concepção Metodológica Dialética* concebe a realidade em **permanente movimento**: uma realidade histórica sempre mutante, nunca estática ou uniforme, devido à *tensão* que exercem incessantemente as contradições entre seus elementos. Em todo processo histórico geram-se tendências contraditórias, cuja confrontação gera a mudança e o movimento. A origem das transformações encontra-se, assim, *no interior* dos próprios processos históricos, em cujo âmago começa uma relação de oposição recíproca entre aspectos ou polos contraditórios que, ao vincularem-se entre si, tendem a excluir-se mutuamente.

Em qualquer processo histórico existe sempre algum elemento fundamental (objetivo ou subjetivo) que influi decisivamente no desenvolvimento dos acontecimentos e unifica de uma determinada forma o resto dos elementos integrantes. Sem dúvida, esta tendência não surge nem se mantém de forma passiva, e sim precisamente como **uma opção que se impõe sobre outras possibilidades**, que são negadas por ela. Como os acontecimentos não se detém, a tendência dominante tem que se enfrentar constantemente com novas condições e o surgimento de outras opções que, por sua vez negam a que se impõe atualmente. Esta relação de confrontação permanente entre opções postas ou distintas, origina a **mudança** contínua nos processos históricos.

Os fenômenos sociais são criação histórica

Para a *Concepção Metodológica Dialética* a realidade é, ao mesmo tempo, una, mutante e contraditória porque é histórica; porque é produto da atividade transformadora, criadora dos seres humanos. No devir histórico

⁴ Karel Kosik: *Dialéctica de lo concreto*, Grijalbo, México, 1976 págs. 55 e 61.

da humanidade, mundo existente e desafio por construir, homens e mulheres desenvolvemos relações fundamentais: com a natureza, com as demais pessoas, conosco mesmo. Essas relações expressam-se como fenômenos sociais.

Com uma *Concepção Metodológica Dialética* é absurdo tratar os fenômenos sociais como se fossem “coisas”, como se fossem fatos estáticos ou imutáveis que podemos estudar “de fora”. Para a corrente positivista das ciências sociais este seria o ideal do conhecimento científico da sociedade: estudá-la da mesma maneira que as ciências naturais estudam a natureza, Desta forma, segundo eles, ter-se-ia um conhecimento “objetivo”, no qual se descrevem e se catalogam os fenômenos, estuda-se seu funcionamento e suas regras, prevê-se seu comportamento e encontram-se fórmulas que os explicam.

Os cientistas positivistas pretendem isolar-se dos fatos sociais (vistos como coisas), libertar-se de toda subjetividade, ser absolutamente imparciais e neutros, (portanto, apolíticos) basear-se só no empiricamente mensurável e verificável, para obter conclusões que expliquem o comportamento da “realidade” (os pedaços dela que se separaram dos demais pra serem estudados). Não há sentido para eles em interrogar-se acerca das causas profundas dos fenômenos, relacioná-los com a totalidade histórica, criticar a ordem estabelecida, perguntar se é possível mudá-la por outra melhor e menos ainda estabelecer o papel que lhes compete como pessoas nos processos sociais.

Somos sujeitos e objetos de conhecimento e transformação

Esta visão de “conhecimento científico do social”, que separa o *sujeito* que conhece, do *objeto* por conhecer; que isola uma parte do todo; que pretende eliminar qualquer juízo de valor, sensibilidade ou emoção da análise, porque lhe tirariam “objetividade” e “cientificidade”, não é exclusiva dos cientistas positivistas: muita gente pensa que essa é a única forma de conhecer válida e aceitável. E, como os discípulos não dialéticos do matemático Ta, enredam-se nas formalidades, nos esquemas vazios, nos discursos abstratos, sem poder entender os problemas reais e - o que é pior - sem fazer nada que contribua para resolvê-los.

A partir da perspectiva dialética, ao contrário, aproximamo-nos da compreensão dos fenômenos sociais desde o interior de sua dinâmica, como **sujeitos** participantes na construção da história, totalmente implicados de forma ativa em seu processo. Nossa prática particular, como indivíduos ou grupos sociais (com nossas ações, sentimentos e interpretações), faz parte dessa prática social e histórica da humanidade. Somos protagonistas ou vítimas de suas mudanças e movimentos; somos, em última instância, responsáveis por seu devir.

Por isso, não podemos aspirar simplesmente a “descrever” os fenômenos e a “observar” seus comportamentos e sim devemos nos propor a *intuir e compreender suas causas e relações, identificar suas contradições profundas, situar honestamente nossa prática como parte dessas contradições, e chegar a imaginar e a empreender ações tendentes a transformá-la*. “Transformar a realidade”, a partir da perspectiva dialética, significa transformarmos a nós mesmos como pessoas, com nossas idéias, sonhos, vontades e paixões. Somos assim - ao mesmo tempo - sujeitos e objetos de conhecimento e transformação.

A união entre teoria e prática

Dessa visão surge uma compreensão *articulada* entre prática e teoria: em cada processo social encontram-se “conectados” de forma particular todos os fios de relação com a prática social e histórica. Mas estas relações não são visíveis à percepção imediata: é preciso encontrá-las e localizar cada prática numa visão de totalidade. É a teoria que nos permite realizar essa interpretação. Porém a finalidade deste empenho não termina na conclusão teórica. É necessário voltar novamente à prática, agora sim com uma compreensão integral e mais profunda dos processos e suas contradições, a fim de dar sentido consciente à prática e orientá-la numa perspectiva transformadora.

Essa visão de realidade como totalidade histórica, contraditória e mutante, produto da prática transformadora da humanidade, que exige um esforço teórico-prático de conhecimento e transformação, coloca-nos ante os processos sociais com uma atitude fundamental: ter disposição criadora, ter a convicção de que o que hoje existe não é a única realidade possível e que não tem sentido se propor a conhecer a realidade só para “constatar como é”. É necessário chegar a propor *como queremos que seja*, que

realidade poderia existir. Por isso, assumir uma Concepção Metodológica Dialética significa situar-se ante a história a partir de uma posição profundamente crítica, questionadora e criadora, para enfrentar de forma ativa e consciente os problemas como problemas reais (como o matemático Ta de nossa citação inicial).

Vejamos, na continuação, com mais detalhe, como pode se dar esse processo dialético que permite relacionar os fenômenos sociais que aparecem na superfície da realidade, com suas determinações mais profundas que os conectam à totalidade dos processos históricos:⁵

Da percepção viva ao pensamento abstrato

Sempre percebemos a realidade em que vivemos por meio dos sentidos. Esta é a primeira forma de conhecimento e a primeira fase na formação de conceitos. Ela nos permite captar a *aparência exterior* das coisas e situações.

Esta percepção não é um ato passivo onde a realidade “nos entra” de fora, através dos sentidos que estariam simplesmente esperando receber impressões do mundo exterior. É sempre um **fato ativo**, no qual intervêm elementos de nosso pensamento, nossa memória ou nossas emoções. A percepção dos fenômenos é uma “percepção viva”, produto da nossa implicação total como pessoas nos acontecimentos da vida cotidiana.

Para passar da aparência externa dos fatos e situações que vivemos em nossa realidade imediata e penetrar em seus elementos essenciais, suas causas, suas contradições fundamentais é necessário que nosso pensamento realize um **processo de abstração**, porque essas conexões são invisíveis à percepção dos sentidos.

Um processo ordenado de abstração permite realizar essas percepções, desagregar seus elementos e estudá-los em separado; também, relacionar os fatos, situações ou idéias que tenhamos como ponto de partida, com outros fatos, situações ou idéias que podemos conhecer indiretamente por meio de leituras, imagens ou informações de outras pessoas. Desta forma, intelectualmente, podemos progressivamente ir selecionando o importante

⁵ Para um aprofundamento maior nesse aspecto, recomendamos o seguinte texto: Karlheinz Tomachewski, “*Didáctica General*”, Grijalbo, México, 1966.

do secundário e, por meio da síntese de suas características, encontrar e construir conceitos e juízos cuja validade possa ser comum a vários fatos ou situações.

O processo de abstração incorpora diferentes operações lógicas: de análise e síntese, de indução e dedução, que se inter-relacionam mutuamente.

Análise

Permite desagregar um acontecimento ou situação em seus diferentes componentes, estudá-los em separado, procurando localizar na sua estrutura interna as características particulares de cada elemento.

A análise nos permite ir ao fundo dos aspetos próprios de cada elemento ou fator presente na realidade. É como enfocar o olhar sobre *cada* árvore em um bosque.

Por exemplo, em uma experiência de animação popular que se realiza com grupos de populações em uma zona urbana, poderiam ser *analisadas* em separado: as ações das mulheres; o papel que cabe à instituição de promoção; as concepções e expectativas dos jovens; as vinculações entre os organizados e os não organizados, etc.

Síntese

Percorre o caminho inverso: obtém conclusões baseando-se na relação entre distintos componentes ou encontrando seus pontos comuns e suas principais diferenças. Reordena os diferentes elementos de acordo com prioridades, distinguindo aspectos fundamentais ou secundários.

Uma síntese é mais que um “resumo” que só faz uma recapitulação breve do realizado; é a operação intelectual por excelência, que coloca as partes em relação ao todo. É como compreender o bosque relacionando as características das árvores.

A síntese permite formular conceitos (representação de fenômenos) e juízos (expressa relações).

Por exemplo, na experiência de animação citada poder-se-ia *sintetizar* o impacto conseguido pelo conjunto de atividades da instituição, ou, identificar os aspectos comuns e diferentes nas demandas e expectativas dos diferentes setores da população, etc.

A análise e a síntese são como as faces de uma mesma moeda: necessitam-se mutuamente.

Indução

É o processo que, partindo dos fatos, de dados observáveis, ordena e compara, chegando a formular conclusões. É um processo que vai do particular ao geral, do imediato ao mediato, do concreto ao abstrato.

A indução vai relacionando, com aproximações sucessivas, distintos juízos particulares até chegar a juízos mais gerais. Permite passar de situações concretas a uma *conclusão abstrata* de validade geral.

No exemplo mencionado anteriormente, se poderia ir estudando os diferentes componentes da relação entre instituição de promoção e comunidade, (realizando análise e síntese), compará-los com outras experiências e a partir disso, formular algumas conclusões sobre este tema.

Dedução

Percorre o caminho inverso: parte das formulações teóricas, dos conceitos ou leis já estabelecidas, para ir deduzindo conclusões específicas. Passa do geral ao particular, do mediato ao imediato, do abstrato ao concreto.

A forma dedutiva de chegar a conclusões é passar de um juízo geral, tomado como premissa válida, e ver como se manifesta em um caso concreto.

Em relação à experiência mencionada nos exemplos anteriores, qualquer trabalho de animação popular deverá basear-se em formulações teóricas que no campo da educação popular ou trabalho social já estão estabelecidas, para deduzir a partir delas algumas orientações para o trabalho nessas comunidades em particular.

Todas essas operações lógicas se entrelaçam de múltiplas formas, para poder chegar a afirmações que relacionam o concreto com o abstrato, as percepções com os conceitos, as contradições de fundo com suas manifestações nos fenômenos sociais. O geral se expressa por meio do particular, mas é o pensamento abstrato que permite descobrir suas relações.⁶ Assim vão se construindo progressivamente as contribuições teóricas que, em permanente enriquecimento mútuo, *aspiram* a uma interpretação da realidade de validade cada vez mais geral.

O pensamento abstrato surge de nossa implicação vital em situações concretas; nasce “prenhe de prática” e só consegue interpretar o sentido e o movimento da realidade se servir para se localizar na prática histórica e suas opções. Por isso, **a teoria nunca é definitiva nem absoluta**; está sempre em construção e recriação crítica, a serviço da prática transformadora e seus inéditos desafios.

Contradições: tensões e opções

O manejo das contradições é, talvez, um dos aspectos da perspectiva dialética que mais se esquematizou, porque, se foi fácil localizar a idéia de dois “polos” opostos, nem sempre ocorreu o mesmo com a noção de *unidade* entre ambos. Para a maneira formal de pensar é compreensível que possa haver dois elementos opostos, mas é muito difícil entender que haja unidade entre eles. Este segundo aspecto é talvez mais crucial para pensar dialeticamente, porque é o que permite entender as relações em termos de totalidade.

Por um lado, é evidente que os termos opostos da contradição se negam e se excluem mutuamente. Mas, por outro lado, é fundamental entender que entre eles se dá uma relação de *implicação*: um supõe necessariamente o outro. Quer dizer, os dois termos opostos estão relacionados entre si e se

⁶ Tomando como referência o exemplo já colocado, de um trabalho de animação popular, poderíamos dizer que nessas comunidades em sua situação concreta, encontram-se presentes - expressas de forma particular - todas as relações e contradições econômicas, sociais, políticas, ideológicas, culturais dessa sociedade. Essas relações e contradições não se mostram tal qual na aparência dos fenômenos, mas estão presentes nas expectativas das pessoas, em suas ações, em sua situação de emprego, condições de vida, história pessoal, etc. Daí é que é preciso conceitualizar, fazer um exercício teórico de análise, síntese, indução e dedução para descobri-las, compreendê-las e saber atuar frente a elas.

necessita que ambos existam para que possa se falar de “contradição”. Esta categoria simplesmente assinala que há um **vínculo de oposição** entre eles. Sem um, não existiria seu contrário. Um é “oposto” *só em relação ao outro*.

A importância deste aspecto (a unidade dos contrários), reside em que é fundamental para entender as contradições como fator de movimento. Desta maneira evitamos cair em duas imagens da dialética: uma, que identifica a contradição como “choque” entre os termos opostos, de tal modo que não há situações intermediárias (ou estamos absolutamente num lado ou estamos no outro); outra, que identifica a contradição como algo que se pode “observar de fora”, sem ter que tomar partido.

Por isso, em várias oficinas de educação popular, encontramos mais utilidade em ver as contradições como **tensões**, nas quais cada polo “puxa” para seu lado, numa permanente medição de forças com o outro, e onde cada elemento que identificamos *estará sempre em relação com ambos os polos*.⁷

O entender as contradições como “tensões” ajuda a ver os polos contraditórios em sua inter-relação dinâmica e não como dois opostos isolados. Assim, ao captar o movimento da contradição e a inter-dependência entre seus polos, podemos descobrir o leque de situações intermediárias possíveis, que estariam mais próximas ou distantes dos respectivos extremos que geram a tensão. Desta maneira evitamos cair no erro comum de ver as contradições de forma simplista ou maniqueísta: “branco ou negro” (seria

⁷ É o caso da oficina de sistematização que realizamos em agosto de 1991 em Ijuí, Brasil, organizado pelo Seminário Permanente de Educação Popular da UNIJUI. Nele, estávamos trabalhando em torno de como se dá a relação entre os processos formativos e os processos organizativos. Após uma fase descritiva, passamos a um maior nível de aprofundamento tratando de identificar as contradições que estamos vivendo, como polos de tensão que dinamizam os processos. Tratava-se, pois, de localizar nossa prática formativa dentro dessas tensões. Para isso, fizemos um exercício que implicou:

- a) Determinar as principais contradições dos processos organizativos em que participamos diretamente.
 - b) Assinalar os polos que determinam as tensões.
 - c) Identificar a tensão principal.
 - d) Localizar nossa prática dentro dessas tensões e em relação com os polos que as determinam
- Ver: “Capacitarse para sistematizar experiencias”. In “Sitemati...que?” (seleção de textos) Alforja, San José, julho de 1992, págs.89 a 104.

antes como situar uma escala de tons de cinza e encontrar nela o “lugar” a partir de onde vivemos e participamos na tensão).

Um elemento adicional é que as contradições, vistas como *tensões*, ajudam a entender melhor o caráter *ativo e histórico* de nossa prática. Não se trata de situar o espaço no qual supostamente o “destino” nos “coloca” de maneira passiva e imóvel. Trata-se de que relacionemos essas tensões, com nossas **opções**: quando vivemos, optamos; somos parte das contradições, vivemos suas tensões, e nossa prática contribui para reforçar o movimento da história em uma outra direção. Não há neutralidade nem abstenção possível.

Subjetividade e prática transformadora

Uma antiga tradição coletivista no pensamento progressista e revolucionário insistiu tanto em afirmar nossa dimensão social, nosso pertencimento de classe, nossos projetos globais de sociedade, a importância das condições “objetivas”, que depreciou outro polo dialético que sempre está em tensão com aquele: a dimensão individual, cotidiana e subjetiva, que é uma dimensão **decisiva** para a interpretação do que existe e para a colocação em prática criadora do que queremos que exista.

Se somarmos a isso a influência do positivismo à qual fizemos referência anteriormente, podemos entender porque é muito comum que se menospreze a dimensão subjetiva ou se, se lhe presta atenção, isso se dá por meio de um único fator: a razão.⁸

Pelo contrário, a partir de uma perspectiva radicalmente dialética, como temos esboçado nesse capítulo, não é possível separar objetividade de subjetividade. O componente subjetivo joga um papel preponderante na *vivência* da prática histórica, no esforço por sua *compreensão* teórica, e na *disposição* transformadora e criadora. A subjetividade se converte, assim,

⁸ Evidentemente, tudo isso tem que ver não só com a influência do positivismo na ciência, como também com a origem do marxismo em polémica com o idealismo e a religião preponderantes no século XIX. Também é tributário da herança patriarcal, racionalista e machista da sociedade ocidental.

em um dado *objetivo* da realidade histórico-social, e, além do mais, constitui o fator *ativo*, transformador (e recriador) das situações objetivas.⁹

Muitas vezes se reduz o conceito de **prática**, às ações que as pessoas realizam. Mas prática, entendida em seu sentido profundo, não está composta simplesmente de “atividades”, frias e quantificáveis. A prática é uma maneira de viver nossa cotidianidade, *com toda a subjetividade de nosso ser pessoas*, que é muito mais que só o que “fazemos”, e que inclui, portanto, o que pensamos, intuímos, sentimos cremos, sonhamos, esperamos, queremos... Além do mais, tudo o que fazemos e vivemos tem para cada um de nós um determinado **sentido**: uma justificativa, uma explicação, uma orientação, uma razão de ser.

Por isso, tão importante como compreender o que fazemos, é situar o sentido com que orientamos esse fazer. Daí, que seja fundamental reconhecer e explicitar tanto nossas ações como nossas *interpretações, sensibilidades e convicções*. A confrontação entre elas nos permitirá descobrir as *coerências e incoerências* entre nosso fazer, nosso pensar e nosso sentir.

Ora, essas interpretações e sentidos não são unicamente individuais (ainda que estejam marcadas com o selo particular de cada pessoa) e devem ser colocadas em seu contexto social e histórico: idéias dominantes, sensibilidades dominantes, modas, valores comumente reconhecidos como positivos ou negativos. Por isso adquire importância o reconhecer e explicitar a *proximidade* ou *distância* entre nossos sentidos pessoais e os comuns na sociedade que vivemos.

Dessa relação nasce a dupla possibilidade que enfrenta nossa subjetividade de maneira permanente:

- a) “alienar-se” passivamente na corrente dominante, contribuindo para manter a situação estabelecida, a reprodução do passado; ou

⁹ Em um sugestivo trabalho, o nicaraguense Orlando Nuñez percorre várias dimensões da subjetividade e enfatiza seu caráter de fator ativo e criador dos processos histórico-sociais. A tarefa de “insurreicionar a consciência” é afirmada como fator indispensável não só para transformar a ordem social, como para criar uma nova. Sem esse impulso afirma, “as revoluções até agora têm aparecido mais como renovações do sistema anterior e menos como criação consciente de uma nova realidade. É por isso que proponho parafrasear a conhecida tese de Marx sobre Feuerbach: “Até agora, os revolucionários não têm feito mais do que transformar o mundo. Trata-se de criar um novo”. *“La insurrección de la conciencia”*, UCA, Managua, 1988.

- b) afirmar-se criativamente ante o momento histórico que se vive, fundamentando convicções, interpretações e sentidos próprios; armando-se com a imaginação para a criação do novo.

Assim, nossa subjetividade, como fator ativo da transformação histórica, não é somente o espaço para a negociação das interpretações e sentidos que sustentam a velha realidade. É, fundamentalmente, o espaço para uma nova **ética**, para a afirmação de novos valores e sentidos, que devem expressar-se numa nova forma de pensar e viver, individualmente e em sociedade. Quer dizer, permite-nos não só transformar a realidade existente, mas ser capazes de criar uma nova.¹⁰

Concepção Metodológica Dialética e Sistematização

Nesse marco e com a perspectiva de uma maneira de pensar e de viver dialeticamente, é que a sistematização adquire uma virtude adicional: contribuir para a constituição de nossa subjetividade; quer dizer, contribuir a que nos convertamos em sujeitos transformadores e criadores da história. E isso é possível porque a sistematização permite dar conta não só das ações, como também das interpretações das pessoas, suas sensibilidades e afetos, suas esperanças e frustrações, suas crenças e paixões, as quais são decisivas para dar sentido à nossa prática.

Assim, a sistematização contribui para criar identidades e para que nos valorizemos como pessoas, contribui para qualificar todas as dimensões de nossa vida e para que consigamos cada vez mais coerência entre o que pensamos, dizemos, sentimos, queremos e fazemos.

Tal como foi exposto neste capítulo, então, o problema de fundo da sistematização, que na realidade é o problema de fundo para o conheci-

¹⁰ Isto é particularmente válido no momento histórico em que vivemos, no qual o modelo neoliberal dominante conseguiu impor uma estrutura de valores baseada na lógica do mercado, que é a lógica do individualismo e da competência. A luta de fundo dessa época se dá no terreno da ética: a afirmação e criação de novas identidades baseadas na solidariedade, na justiça, na amizade, na busca da felicidade coletiva, no respeito às pessoas, na harmonia com a natureza, na igualdade das relações de género..., em suma, na busca pela satisfação não só das necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, emprego, como também, das necessidades radicais como seres humanos. Ver a respeito: Afonso Ibáñez: *“Agnes Heller, la satisfacción de las necesidades radicales”*. Alforja, San José, 1991.

mento e transformação da realidade, centra-se na vinculação entre prática e teoria. Por isso, tentamos desfiar aspectos modulares da Concepção Metodológica Dialética com a qual sustentamos nossa análise e nossa proposta.

Ali encontra-se a raiz de uma teoria do conhecimento, de uma epistemologia fundada na praxis humana, histórica e dinâmica. Ali encontra-se a razão de ser da convicção de que é possível contribuir para a construção de teoria a partir de nossas práticas particulares nos processos sociais de educação, animação e organização popular; e de que é possível contribuir com essa teoria para a transformação da história.

Ali, em uma Concepção Metodológica Dialética, encontra-se, também, a fundamentação do percurso metodológico particular que deveríamos seguir em qualquer exercício de sistematização, partir da prática social que exercemos: organizar um processo de interpretação crítica dela, que vê do descritivo ao reflexivo; que realize de forma rigorosa - ainda que seja simples - análises, sínteses, induções e deduções; que situe nosso fazer nas tensões e contradições de fundo; que obtenha conclusões teóricas e ensinamentos práticos. Quer dizer, um método e procedimentos concretos que tenham coerência com sua fundamentação filosófica e que permitam fazer da sistematização, efetivamente, uma interpretação crítica de nossas experiências e uma ferramenta transformadora e criadora.¹¹

Em resumo: prática e teoria, sensibilidade e imaginação, pragmatismo e utopia, rigor e flexibilidade, sentido comum e ética, lucidez e paixão, são componentes indispensáveis e inseparáveis desta maneira de ser no mundo, de viver historicamente, que denominamos *Concepção Metodológica Dialética*, e ela é o fundamento que torna possível e dá sentido à sistematização de experiências.

Condições para sistematizar

Após ter abordado o tema a partir de diversos ângulos, partindo das propostas existentes, propondo uma conceitualização e tratando de explicitar os fundamentos teórico-filosóficos dessa concepção, parece-nos que agora podemos entrar no terreno do como pôr em prática esta proposta de sistematização.

Para isto, parece-nos conveniente situar - antes de mais nada - as condições que tornam possível esse esforço. Existem tanto condições pessoais como institucionais que permitirão ou não realizar essa tarefa.¹

Condições pessoais

A experiência nos demonstrou ser fundamental que aquelas pessoas que empreendam este exercício possam contar ao menos com três condições básicas:

- Interesse em aprender da experiência,
- sensibilidade para deixá-la falar por si mesma e
- habilidade para fazer análise e síntese.

Interesse em aprender da experiência

Ainda que pareça algo muito elementar, nem sempre se conta com esta condição, que quase vem a ser uma qualidade pessoal nos educadores, animadores ou dirigentes populares. É mais comum que se pense que só se pode “aprender” de livros ou cursos e que não se considere a própria experiência como uma fonte fundamental de aprendizagem.

¹ Ainda que o termo “instituição” vá estar mais relacionado às características dos centros de educação popular ou de animação (mal chamados de ONGs: organizações não governamentais), as condições são aplicáveis às organizações populares. Nesse sentido, afirmamos a convicção de que esta proposta não só pode, como deve incorporar as organizações populares em sua execução.

Lamentavelmente, fomos formados em um esquema educativo no qual a vida e o estudo são vistos como duas coisas separadas, e não geramos nem o hábito e nem o convencimento da importância de “estudar” nossa própria prática.

Portanto, desenvolver essa condição significa, de alguma maneira, fazer uma ruptura com um esquema de pensamento; e isto deve-se fazer de modo consciente. Devemos motivar-nos a aprender do que fazemos. A melhor maneira será tentando-o a partir de experiências muito concretas, simplesmente perguntando-nos diante delas: “O que posso aprender disso?”, “Que ensinamentos me deixa?”. A melhor motivação será descobrir que, efetivamente, as coisas que fazemos todos os dias estão cheias de ensinamentos e que, simplesmente, é preciso que nos proponhamos aprender delas, fazendo perguntas à nossa prática.

É certo que colocar em prática essa motivação implica também em fazer outras rupturas com os moldes de pensamento e educação com os que muitas vezes nos deformaram. Por exemplo, significa romper com essa atitude passiva na aprendizagem que uma educação memorística, repetitiva e transmissora de conhecimentos elaborados gerou em nós. Ao contrário, pôr em prática essa motivação suscita a *disposição ativa para construir um pensamento criador*, inovador, que responda ao ritmo e à novidade dos processos e acontecimentos que vivemos.

Além disso, motivarmo-nos a aprender a partir do que fazemos significa romper com essa atitude defensiva que busca refugiar-se nas “seguranças” que nos dá o já ter as respostas frente a muitas perguntas. Pelo contrário, propomos viver em permanente estado de *interrogação crítica sobre o que pensamos, fazemos e sobre o que nos acontece*; desenvolver em nós a capacidade de perguntar, do questionamento, de insatisfação ante respostas que possam corresponder a outros contextos ou momentos históricos. Em suma, buscamos desenvolver em nós a qualidade de criar um **pensamento próprio** a partir dos desafios que nossa intervenção na história nos traça sempre como algo novo.

Sensibilidade para deixar falar a experiência por si mesma

Esta outra condição também é uma qualidade que devemos incentivar em nós e que se complementa perfeitamente com a anterior. Implica desenvol-

ver nossa capacidade de observações e de percepção, e educar nossa sensibilidade até os múltiplos detalhes que impregnam o que nos acontece na prática de todos os dias e que nos “falamos” a partir daí.

Para isso, supõe-se libertar-se de preconceitos (quer dizer pré-juízos) e de esquemas rígidos de pensamento, e olhar a experiência, não para comprovar como se cumprem ou não nossas idéias prévias, e sim para deixar-nos influenciar *pelo que efetivamente ocorreu*, tal como sucedeu e não como gostaríamos que tivesse sido.

Desenvolver em nós essa sensibilidade, supõe dar valor aos fatores cotidianos: não se guiar só pelo impacto dos grandes acontecimentos, mas voltar a atenção aos matizes e sutilezas nos processos nos quais vivemos durante a maior parte do tempo. Isto implica ter um ritmo de atividades que nos permita prestar-lhe essa atenção. Também implica disciplinar-se em tomar nota desses elementos (registrá-los), o mais perto possível do acontecido e valorizar as diversas opiniões e interpretações que se comentam em torno do que vai acontecendo, etc.²

Habilidade para fazer análise e síntese

Parece que, além das condições mencionadas, qualquer pessoa que aspire a sistematizar experiências deveria ao menos desenvolver uma habilidade suficiente para o manuseio de duas operações básicas: a análise e a síntese.

A razão de se colocar essa habilidade como condição é que - de fato - não é possível extrair os ensinamentos de uma experiência prática se não conseguirmos ir **além** da mera descrição do acontecido; se não sabemos como decompor a complexidade dos fatos em seus diferentes aspectos; se não estamos habilitados para trabalhar as características de cada aspecto, penetrando em suas particularidades, e se não desenvolvemos a habilidade de localizar constantes, de relacionar uns aspectos com outros dentro de uma mesma ou várias experiências.

Lamentavelmente, essa é outra habilidade para qual normalmente nossos sistemas educativos tradicionais não nos preparou de forma suficiente e

² No próximo capítulo desenvolveremos mais isso na parte que se refere ao registro.

teremos que procurar como exercitar-nos mais nela.³ De fato, começar a sistematizar é, quem sabe, a melhor oportunidade que podemos nos dar para fazer isso.

Em resumo, estas três condições pessoais, reflexo de três qualidades humanas por desenvolver, complementam-se entre si e não devem ser entendidas como “condições prévias” que se deve ter antes de começar, mas condições que vamos forjando em nós mesmos num processo de formação teórico-prático em que a sistematização deveria ser um componente importante.

As três condições mencionadas têm como característica comum o fato de serem uma tomada de posição contrária ao dogmatismo, a toda visão esquemática e mecanicista, à rotina e à preguiça mental. Significam uma afirmação vital do desenvolvimento da criatividade, da imaginação, da reflexão crítica, da curiosidade e da inquietude intelectual. São expressão de uma maneira de pensar e de viver de forma apaixonadamente comprometida; quer dizer, verdadeiramente dialética.

Condições institucionais

Tão importantes como as anteriores, as condições institucionais aparecem também como chaves para que a sistematização - tal como a concebemos - seja efetivamente possível e viável.

A condição básica, nesse nível, é que a sistematização seja uma **prioridade para a política da instituição**; quer dizer, que as instâncias de direção a tenham assumido como importante para a conquista dos objetivos institucionais e que, portanto, lhe destine a dedicação de tempo e de recursos correspondente à sua importância.

A sistematização não pode continuar sendo um reclamo ou um quixotesco esforço isolado de alguma pessoa ou algumas pessoas dentro de nossos centros; deve estar articulada ao conjunto da estratégia institucional. Nesse

³ Além de, certamente, outras fontes, recomendamos o capítulo sobre “Ejercicios de abstracción” do conhecido livro *Técnicas participativas para la educación popular* de Laura Vargas e Graciela Bustillos, editado pelo Alforja e reproduzido em quase todos os países do continente.

sentido, identificamos ao menos três aspectos em que essa condição deve se expressar:

- a busca de coerência para o trabalho de equipe
- a definição de um sistema integrado de funcionamento, e
- impulsionar um processo acumulativo dentro de nossas instituições.

Busca de coerência para o trabalho de equipe

Na medida em que em nossos centros tenhamos definido uma aposta estratégica, um perfil claro da contribuição específica que queremos dar, teremos um marco institucional orientador de nosso trabalho. Sem dúvida, isso não é suficiente. É necessário ir alimentando a *aposta e a estrutura institucional* com uma efetiva *dinâmica de equipe*, que - em definitivo- será tão ou mais importante que o primeiro.

As instituições são formadas por instâncias e funções; as equipes, por fluxos de relações de trabalho entre pessoas. Às vezes não se dá atenção ao necessário equilíbrio que deve haver entre a estrutura institucional e a dinâmica da equipe, caindo-se no burocratismo e na formalidade, se o institucional é muito enfatizado, ou no ativismo desordenado, se se coloca atenção só na segunda.

Por isso, as instâncias de direção devem ter como uma de suas preocupações centrais a busca permanente da **coerência** no trabalho de equipe. Não basta a definição de funções e mecanismos: é preciso dar-lhes vida permanentemente, **a partir da dinâmica real de trabalho que se executa**, e não se restringir ao funcionamento estabelecido pela estrutura.

Assim, a sistematização que propomos, pode desempenhar um papel importantíssimo, justamente porque é a forma de “tomar pulso” no trabalho, de intercambiar e retro-alimentar as aprendizagens que os distintos projetos ou programas vão obtendo e, sobretudo, porque - na medida em que seja um exercício coletivo que envolva de alguma maneira o conjunto da equipe - permite ir encontrando as pistas, vazios, continuidades e discontinuidades no trajeto percorrido. Desse modo, é possível descobrir as incoerências de nossa prática, reorientar o rumo em busca de uma maior coerência como equipe e de uma maior articulação entre as distintas áreas de trabalho.

Definição de um sistema que articule o funcionamento institucional

Como assinalamos desde a introdução desse livro, muitas instituições têm definidos seus períodos de planejamento e avaliação, sem dúvida são poucas as que determinam momentos para sistematizar e, em muitas outras, as investigações têm um ritmo independente do funcionamento global da instituição. Em uma grande porcentagem de instituições estes diferentes campos não estão articulados entre si, não se complementam mutuamente, nem fazem parte de uma lógica institucional integral.

Por isso não é suficiente que se anote um tempo no calendário para cada tarefa. Nós acreditamos ser importante que se chegue a definir um sistema **integrado** de funcionamento, que permita articular, em função da estratégia institucional, estas quatro abordagens: **planejamento, avaliação, sistematização e investigação**.⁴ Dessa forma será possível gerar todo um *fluxo de comunicação* dentro da instituição, alimentado pela experiência e pelas contribuições das diferentes áreas, que permita gerar uma permanente recriação do fazer institucional.

Por exemplo, os processos de sistematização poderiam vincular-se aos avanços das investigações, e permitir uma reflexão teórica coletiva que se nutra das experiências diretas de trabalho de educação e animação ao mesmo tempo que das contribuições investigativas. Os produtos dessas abordagens poderão servir de base ou marco para as avaliações e assim contribuir para um melhor planejamento, graças aos insumos que a própria prática institucional traz.

Isso que dizer que, dentro de um sistema integrado de funcionamento, a sistematização não só permitirá obter critérios para melhorar as experiências diretas que são sistematizadas, mas também que alimentaria a *tomada de decisões institucionais*.

No mesmo sentido não se veria mais a sistematização como um “privilegio de especialistas”, mas sim como uma responsabilidade coletiva, à qual se

⁴Ver a experiência, que nesse sentido, iniciamos, desde 1990 no CEP- Alforja de Costa Rica. Nossa amiga chilena Teresa Quiroz, do centro El Canelo, o denomina “sistema metodológico institucional”. Esta idéia vincula-se, parcialmente, à interessante proposta das companheiras da *Oficina de Sistematização CEAAL-Peru*, de poder contar com verdadeiros sistemas de informações nas instituições.

destina uma dedicação de tempo coerente com o que se espera que traga. Correspondentemente, fixar-se-ão suas metas, prazos, responsabilidades e recursos específicos, o que ajudará definitivamente para que a sistematização seja viável, acrescentando pressão, entusiasmo e expectativas coletivas ao que antes podia ser visto só como uma “teimosia” individual.

Impulsionar um processo acumulativo na instituição

Uma política institucional com sentido estratégico tem que buscar deixar saldos concretos e demonstráveis, nos distintos momentos de seu trajeto histórico. É necessário ir fechando etapas para poder avançar a outras novas, que correspondam a novas respostas que as instituições devem dar ante os novos desafios que a realidade mutante lhes exige. Isto não é possível se não se impulsiona um projeto coletivo de acumulação da experiência institucional, que permita dar conta do caminho percorrido.

Lamentavelmente carecemos, muitas vezes, de mecanismos que nos permitam dar conta do acumulado, com o que se cai num círculo de repetições e “patinadas” sem sair do lugar. Dentro das opções que se podem buscar para dar resposta a esta problemática, definitivamente a sistematização se converte na principal, devido ao seu caráter de objetivador dos momentos do processo vivido e resgatador das aprendizagens realizadas.

Uma instituição e uma equipe podem viver um processo histórico muito extenso e interessante, mas isso não significa que se conseguiu *acumular* a experiência. É preciso tomar a decisão de ir construindo um acúmulo histórico e ir explicitando-o ao longo do caminho, para que não se percam seus ensinamentos.

O impulso consciente e ativo de um processo de acumulação institucional, que priorize a sistematização como um de seus principais empenhos, permite ir construindo um *pensamento coletivo* que, ao mesmo tempo em que une a equipe, permite-lhe dialogar com outras equipes a partir de uma posição firmada na própria experiência. Ao mesmo tempo esse pensamento coletivo servirá de referência para todos aqueles que queiram se incorporar posteriormente ao trabalho na instituição

A construção desse pensamento comum, supõe que as instâncias de direção incentivem com amplitude de critério o debate, a reflexão crítica e a discussão coletiva. Que entendam que, como parte de suas responsabilidades de direção, está o contribuir para a geração de conceitos sólidos na equipe, os quais só podem ser alcançados com debates em profundidade.

Em suma, os três aspetos assinalados (busca de coerência, um sistema integral de funcionamento e impulsionar um processo acumulativo) supõem colocar a sistematização no coração da vida institucional e convertê-la em dinamizadora da mesma, em contribuição substantiva para a construção de uma **identidade comum**. Se, efetivamente, conseguirmos assentar estas condições em nós mesmos e em nossas instituições, não só seria “viável” a sistematização como estamos propondo, como nossos esforços de educação, animação e organização popular se converteriam em uma formidável e apaixonante aventura de criação teórico-prática.

Como sistematizar?

Uma proposta em cinco tempos

Chegando a este ponto, é necessário propor, da maneira mais precisa e concreta possível, um método de sistematização, uma proposta de como pensamos que se pode ou se deve sistematizar, que seja coerente com o já proposto nas páginas anteriores.

Sabemos que a indagação “como sistematizar?” é, na realidade, a pergunta que mais interessa e inquieta a educadores e animadores em toda a América Latina. Porém, consideramos que não tinha sentido começar a enfrentá-la sem antes passar por toda a reflexão dos capítulos anteriores. Sabemos muito bem que muitas pessoas só estão buscando uma espécie de “receita” que lhes indique, de uma vez por todas, “a” maneira de pôr em prática um processo de sistematização, os passos já pré-definidos que se tem que seguir sem tanta complicação...; mas não há, lamentavelmente, uma maneira de sistematizar, nem há uma sequência exata de passos e procedimentos que, uma vez desenvolvidos, dêem por resultado magicamente uma sistematização..., e nem a sistematização, como nós a pensamos e propomos, é tarefa fácil e sem complicação.¹

Nesse ponto, queríamos nos atrever a compartilhar uma proposta metodológica surgida de nossa própria experiência e enriquecida com sugestões práticas e teóricas de várias amigas e amigos em todo o continente.²

¹ Isto não quer dizer que não esteja ao alcance de muitos. Pensamos que qualquer educador ou educadora popular, dirigente intermediário ou de base, animador ou animadora institucional, pode sistematizar suas experiências. O fato de não ser simples, não quer dizer que seja propriedade de especialistas, ou que seja tão complicada que se tenha que dedicar-lhe toda uma vida (ou boa parte dela). Como disse Roberto Antillón: “*Non temos que viver para sistematizar e sim sistematizar para viver*”.

² Particularmente minhas companheiras e companheiros da rede ALFORJA no México e na América Central, e do *Taller de Sistematización CEAAL-Peru*.

Quero assinalar, explicitamente, que esse trabalho não busca ser um “receituário”, mas sim um instrumento utilizável, com algumas pautas indicativas. Se posto em prática possibilitará, sem dúvida, seu questionamento, modificação, enriquecimento e adaptação às condições particulares de cada um.

Trata-se de uma proposta em *cinco tempos*, que sugere um procedimento com uma ordem justificada, mas que não necessariamente deve seguir-se tal e qual, pois dependerá de muitos fatores que incidem na multiplicidade de experiências existentes. Esse instrumento deve ser utilizado mais como sugestão e inspiração, mesmo que por razões didáticas se apresente um pouco rígido. Por esse motivo, esse capítulo tem um complemento indispensável: “Exemplos de sistematização”, em que se oferece um leque muito variado de possibilidades, para servirem de referência ao definir o procedimento e os instrumentos próprios de cada sistematização.

Recordemos aquela formulação inicial³ onde apresentávamos nossa concepção de sistematização e dizíamos:

“...é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências, que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo”.

Por isso, nossa proposta de método, coerente com esta conceitualização, considera cinco tempos que todo processo de sistematização deveria ter:

- A) O ponto de partida.
- B) As perguntas iniciais.
- C) Recuperação do processo vivido.
- D) A reflexão de fundo.
- E) Os pontos de chegada.

Cada tempo⁴ tem alguns momentos ou elementos constitutivos. Vejamos primeiro de forma geral:

³ Ver capítulo dois: *O que é sistematizar*.

⁴ Cada um dos tempos e momentos tem uma enorme quantidade de variantes em termos de conteúdo, alcances, níveis de profundidade, duração, instrumentos que foram utilizados e situados no conjunto do processo. Vamos precisar as características que consideramos fundamentais de cada um deles, com alguns exemplos e advertências, que, acreditamos, sejam úteis.

A) O ponto de partida:

- a1. Ter participado da experiência.
- a2. Ter o registro das experiências.

B) As perguntas iniciais:

- b1. Para que queremos ? (*Definir o objetivo*)
- b2. Que experiência(s) queremos sistematizar?
(*Delimitar o objeto a ser sistematizado*)
- b3. Que aspectos centrais dessa experiência nos interessa sistematizar?
(*Definir um eixo de sistematização*).

C) Recuperação do processo vivido:

- c1. Reconstruir a história.
- c2. Ordenar e classificar a informação.

D) A reflexão de fundo: Por que aconteceu o que aconteceu?

- d1. Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.

E) Os pontos de chegada:

- e1. Formular conclusões.
- e2. Comunicar a aprendizagem.

A) O ponto de partida

Trata-se de **partir da própria prática**.⁵ Este é o ponto de partida de todo o processo de sistematização. E isto quer dizer, fundamentalmente, que a sistematização é um “segundo momento”; não se pode sistematizar algo que não foi posto em prática previamente.⁶

Ora, isto nos propõe as características básicas que devemos definir desde o começo: quem sistematiza e de que informação se parte. Vejamos:

⁵ Aqui nos diferenciamos claramente das propostas que propõe como ponto de partida: “definir o marco teórico”, seguindo um esquema tradicional da investigação social clássica. É comum encontrar esse marco reduzido a um conjunto de citações de diversos autores, referências bibliográficas e uma lista de palavras com suas respectivas acepções, tal como aparecem em alguns dicionários. No tópico seguinte, referido às perguntas iniciais, aprofundamos mais esse tema, quando nos referimos ao “complexo ou aproximação teórica”. Basta, por agora, precisar que quando dizemos “partir da prática” estamos entendendo que temos que partir do que fazemos, sentimos e também, do que pensamos.

⁶ p. 74

a1. Ter participado da experiência

Afirmamos que só podem sistematizar uma experiência *aqueles que tenham tomado parte dela* e que **não é possível que uma pessoa totalmente alheia à experiência pretenda sistematizá-la.**

Isto *não* significa que todos que participem da sistematização de um processo devam *tê-lo vivido diretamente do mesmo modo.*

Por exemplo:

- Uma instituição pode se propor a sistematizar uma experiência específica, levada a cabo só por uma parte da equipe, mas invocando a toda a equipe ao processo de reflexão. Certamente, a contribuição de uns e outros será diferente, mas todos sistematizarão como parte de sua *experiência institucional comum.*
- Uma organização social pode se propor a sistematizar a experiência de sua organização desde sua origem, ainda que os que o fazem não tenham estado diretamente presentes no primeiro momento. Possivelmente, será indicado que incorporem aqueles que viveram essa época, porém os mais novos poderão sistematizar o conjunto do processo, já que *a história passada faz parte de sua experiência atual.*
- Um centro de educação popular pode participar ativamente na sistematização de alguma experiência de outro centro com o qual ele tenha uma relação estreita, seja porque realiza experiências semelhantes, ou porque tenha participado em algum aspecto da experiência a sistematizar, ou porque a experiência de ambos tem como objetivo apoiar os mesmos processos, etc.

O que não cabe dentro de nossa concepção e proposta, é o (a) sistematizador (a) externo (a), que a instituição ou organização (que “não tem tempo ou possibilidades de sistematizar”) contrata para fazer a sistematização *em nome* dela.

⁶ Isto não significa, como logo veremos, que para sistematizar tenha que se “esperar pela conclusão da experiência; primeiro, porque o conceito de “concluir uma experiência” é muito relativo: pode ser que o projeto da instituição termine mas que a experiência desenvolvida tenha continuidade de outra forma; segundo, porque, a partir de nossa concepção, a sistematização deve ser feita para ir alimentando a prática, não para dar conta definitiva dela. Existem muitas maneiras de sistematizar experiências ao longo de seu processo.

Pelo contrário, pode ser importante ter uma ou mais pessoas como **apoio externo** para realizar a sistematização. Este apoio pode ser de muitas maneiras, dependendo das necessidades e possibilidades de quem sistematiza.

Por exemplo:

- Uma organização social pode pedir ajuda a uma equipe de uma instituição, para que a apoie *no projeto e na condução metodológica* da sistematização, ou para que a apoie *na busca e no ordenamento da informação*, ou para que proporcione *subsídios* de reflexão sobre algum tema que alimente a interpretação da organização.
- Uma instituição pode pedir ajuda a pessoas com experiência em determinado tema, para que *opinem criticamente* sobre o que o grupo de sistematização está refletindo ou sobre suas conclusões, ou para elaborarem um *produto de comunicação* (um folheto, um vídeo, um programa de rádio) com os elementos que forem saindo do processo ou com as conclusões finais...

Em síntese, é necessário primeiro ter participado, de alguma maneira, de uma experiência, para começar a sistematizá-la.

a2. Ter o registro das experiências

Qualquer experiência que se pense sistematizar é um processo que transcorre no tempo. Ao longo de seu trajeto aconteceram muitas e diferentes coisas.

Por exemplo:

- O ideal é que se tenha previamente um diagnóstico ou um “perfil de entrada”, que se conte com uma aposta estratégica na qual se inscreva mais globalmente cada experiência; que se tenha situado a fundamentação do que se pretendia fazer; que, no momento certo, se tenham planejado os objetivos, metas, atividades, responsabilidades, resultados esperados; que se tenha feito uma projeção do trajeto a percorrer e suas etapas. Certamente, ao longo do processo foram realizadas muitas ações

que por sua vez produziram diversos resultados: seminários, visitas a casas, entrevistas, oficinas, cursos, produção de materiais, campanhas; e, paralelamente a elas, a equipe da instituição ou da organização deve ter tido reuniões, assembléias, jornadas, avaliações, etc.

O importante para a sistematização da experiência é contar com o **registro** de tudo isso, que tenha sido feito o mais perto possível do momento no qual ocorreu cada fato. Não é possível fazer uma boa sistematização se não se contar com uma informação clara e precisa do acontecido. Este é um requisito fundamental; diríamos quase indispensável...

Ora, quando falamos de “registros”, estamos falando de uma enorme variedade de formas possíveis às quais se pode recolher a informação do que acontece numa experiência.

Por exemplo:

- Os cadernos de apontamentos pessoais, “diários de campo”, documentos que contém propostas, rascunhos, projetos de atividades, informes, atas de reunião, memórias de seminários ou oficinas.⁷
- Não temos que pensar só em registros escritos: há outras formas documentais que são tão ou mais importantes, de acordo com o caso: gravações, fotografias, filme em cinema ou vídeo; gráficos, mapas, quadros sinóticos, desenhos...

Os registros nos permitem ir à fonte dos diferentes momentos que ocorreram ao longo da experiência, com o que será possível reconstruir esse momento **tal como foi**.⁸

Esses tipos de registro que assinalamos, são agora bastante comuns nas instituições e organizações populares, o que facilitará para que muita

⁷ Para muita gente, a simples memória de um evento é a sistematização. Para nós, salvo exceções, constitui um bom registro, que certamente será útil na sistematização da experiência a que esse evento pertence.

⁸ E não como nos lembramos que foi (ou que no fundo gostaríamos que tivesse sido). É muito comum que alguém faça uma espécie de “fusão” na memória, dos diversos momentos de uma experiência, influenciada pelo que, subjetivamente mais lhe marcou em cada momento, e que não saibamos distinguir as diferenças entre um momento e outro, ou não saibamos quando se deu uma mudança no processo da experiência.

gente possa recorrer a eles quando quiser sistematizar. Sem dúvida, não são a fonte mais adequada, confiável e ordenada. Por isso parece-nos importante recomendar que não nos limitemos a eles, mas que busquemos outras formas mais estruturadas de registrar a informação, de tal forma que possamos logo ter uma visão melhor do desenvolvimento real dos processos.

As companheiras da *Oficina de Sistematização CEAAL-Peru* fizeram um interessante avanço a respeito, constatando que (nos projetos de promoção):

“...a informação sobre o desenvolvimento do processo costuma ser escassa e de má qualidade, o que termina sendo um obstáculo para qualquer atividade que deseje conhecer o ocorrido com um mínimo de rigor”.

Isto as leva a propor uma alternativa integral: projetar um instrumento unificador que centralize e distribua na instituição, a informação que se produz.

*“Na medida em que o acompanhamento, a avaliação e a sistematização são atividades tão próximas e que cumprem uma finalidade similar, a informação que requerem também se parece. Isso (além da necessidade de não encarregar de novas tarefas aos animadores) nos leva a propor a necessidade de que se planejem **sistemas de informação** unificados, que dêem subsídios às três atividades (pelo menos).*

*Isto representa um esforço importante (que corresponde aos responsáveis pelo planejamento institucional), já que o sistema deve ser suficientemente completo, mas por sua vez simples e fácil de alimentar, e estar à disposição de todos os que queiram a informação (incluindo a equipe de animação)”.*⁹

Por último, gostaríamos de encerrar esse ponto fazendo referência aos **quadros de registro** que são um dos instrumentos mais difundidos por algumas propostas de sistematização.¹⁰ Nesse aspecto, minha opinião é

⁹ Apresentação de Mariluz Morgan, na Reunião de intercâmbio sobre sistematização, Lima, 9 de Julho de 1993, assistida por representantes de várias instituições peruanas que trabalham o tema.

¹⁰ E que, em alguns casos, contribuiu para uma visão na qual a sistematização consiste em “classificar e preencher quadros” e não a ver essa etapa só como uma fase instrumental inicial.

que, francamente, a criatividade deve ser infinita: cada pessoa, equipe ou instituição dever criar seus próprios quadros, com os aspectos que lhe interessam ir recolhendo no caminho. Deve estabelecer suas próprias normas para preenchê-los: sua frequência, uso, difusão, etc.

Por exemplo:

- Pode-se ter um quadro que cada pessoa preencha diariamente de forma individual, deixando registro de seu trabalho do dia. (Ver Formulário de Registro nº1 em anexo)
- Pode-se acrescentar um quadro de registro semanal, para ser preenchido por cada equipe ou seu responsável (também pode ser suficiente só com esse). (Ver Formulário de Registro nº2 em anexo)
- Também poderia ser bom ter um roteiro ou quadro, que seja respondido ao final de cada atividade (reunião, seminário, oficina, assembléia, etc.) (Ver Formulário de Registro nº3 em anexo)

Em qualquer caso, tratar de fazer com que o *instrumento* seja o menos enrolado e o mais útil possível em relação ao que se queira.¹¹

B) As perguntas iniciais:

Neste “segundo tempo”, trata-se de iniciar propriamente a sistematização, tendo como base o ponto de partida indicado nas páginas anteriores, com três recomendações essenciais que nos levarão a orientar todo o processo a partir desse momento:

b1. A **definição** do objetivo da sistematização,

b2. A **delimitação** do objeto da sistematizar e

b3. A **definição** do eixo de sistematização.

¹¹ Uma equipe deveria, de quando em quando, revisar seus instrumentos de registro e ver se lhe dão alguma utilidade. Se alguma pessoa, depois de um ano, descobre que esteve levando a cada dia ou semana um quadro que nunca alguém levou em conta para nada (nem ela mesma), quer dizer que não lhe serve o instrumento ou que tem que definir como aproveitar essa informação.

Colocamos estes três aspectos nessa ordem, mas a seqüência não tem que ser sempre esta, já que dependendo de muitos fatores, algum pode já estar indicado de antemão, ou pode ser preferível começar por delimitar o objeto ou a definição de um eixo.

O que pensamos ser **indispensável** é que, antes de seguir adiante, se tenha respondido claramente às três perguntas. Vejamos uma por uma:

b1. Para que queremos sistematizar?

(Definir o objetivo da sistematização)

Aqui se trata de definir, da maneira mais clara e concreta possível, o **sentido**, a **utilidade**, o **produto** e o **resultado** esperado da sistematização. Isto dependerá do momento em que esteja a equipe, suas preocupações mais globais, seu ritmo de trabalho, a conjuntura, etc.

Pode ser útil retomar nesse momento o assinalado no capítulo III: “Para que serve sistematizar”¹² e indicar, entre uma grande gama de possibilidades, os objetivos que se quer **dessa** sistematização em particular.

Por exemplo:

1. Um centro de educação popular que faz trabalho comunitário, frente às mudanças da situação de seu país, reconhece a importância de recriar seus programas de ação. Decide fazer uma sistematização com o objetivo de **construir - a partir da experiência institucional - uma proposta de trabalho comunitário que responda aos novos desafios da situação nacional.**
2. Uma organização de mulheres de bairros populares, que está passando por uma etapa de renovação organizativa, reconhece a importância de formar novas dirigentes. Para isso, elabora um plano de sistematização com o objetivo de **orientar a formação de uma nova geração de dirigentes, com base no resgate da experiência acumulada pelas dirigentes históricas.**

¹² Tomando como referência três grandes parâmetros: “Para compreender e melhorar nossa própria prática”, para “extrair seus ensinamentos e compartilhá-los” ou “para que sirva de base à teorização e a generalização”.

3. Uma rede de várias instituições, que em diferentes países trabalha o tema de formação para a participação cidadã, identifica a necessidade de ter maior consistência em sua proposta teórica sobre democracia e direitos dos cidadãos. Então, decide fazer um processo de sistematização, com o objetivo de **obter das diversas experiências particulares, elementos para enriquecer suas propostas conceituais.**

b2. Que experiências queremos sistematizar?

(Delimitar o objeto a sistematizar)

Trata-se, aqui, de escolher **a ou as experiências concretas** a serem sistematizadas, claramente delimitadas em **tempo e lugar.**

Os critérios para escolhê-las e delimitá-las, podem ser muito variados: depende do objetivo, da consistência das experiências, dos participantes no processo de sistematização, o tipo de contexto em que se deram, etc.

Por exemplo:

1. O centro de educação, que no exemplo anterior definiu o objetivo de construir uma nova proposta de trabalho comunitário, poderia delimitar seu objeto às **“experiências de trabalho de saúde comunitária que realizamos no bairro urbano “A União” e com as comunidades camponesas de Palmar e São Jerônimo durante 2002 e 2003.** (Os primeiros ano do novo governo que impulsiona uma política neoliberal, mudando assim sua relação paternalista com a comunidades)”.
2. A organização de mulheres que queria formar novas dirigentes a partir da experiência de suas dirigentes históricas, poderia delimitar seu objeto assim: **“A experiência de nascimento e formação de nossa organização, desde 8 de março de 1995** (quando surgiu o núcleo inicial), **até 20 de dezembro de 2000** (ano em que se realiza o primeiro congresso estadual”.
3. A rede de instituições que tem como objetivo enriquecer suas propostas teóricas, poderia delimitar seu objeto dessa maneira: **“As experiências de trabalho de formação para a participação cidadã realizadas no período anterior e posterior às eleições** na Costa

Rica (junho de 2002 a junho de 2003), Peru (agosto de 1998 a outubro de 2000), Colombia (setembro de 2002 a dezembro de 2003) e México (janeiro de 2004 a março de 2005).

Como se pode ver nesses exemplos, a delimitação do objeto pode ser muito variável. O importante é que fique claramente especificado qual ou quais experiências vão ser sistematizadas, em qual lugar e período elas aconteceram.

b3. Quais aspectos centrais dessas experiências nos interessa sistematizar?
(Definir um eixo de sistematização)

Responder a essa pergunta não é simples e a noção de “eixo de sistematização” é complexa. Sem dúvida, consideramos que é uma pergunta essencial para poder levar até o fim um processo de sistematização coerente com a concepção que propomos.

As experiências são em si tão ricas em elementos, que mesmo tendo um objetivo claramente definido e um objeto perfeitamente delimitado em lugar e tempo, ainda pode ser necessário *precisar mais o enfoque* da sistematização, para não se dispersar. Esse é o papel do **eixo de sistematização**.

Um eixo de sistematização é como um *fio condutor* que atravessa a experiência e se refere aos *aspectos centrais* dessa(s) experiência(s) que nos interessa sistematizar nesse momento.

Um eixo de sistematização é como uma *coluna vertebral* que nos comunica com toda a experiência, mas de um ótica específica.

Por exemplo:

1. O centro de educação popular que quer renovar sua proposta de trabalho comunitário e vai sistematizar experiências de trabalho em saúde, poderia definir o seguinte eixo de sistematização: **“trabalho em saúde e níveis de autonomia e de capacidade propositiva por parte dos moradores das comunidades”**.

2. A organização de mulheres que quer resgatar a experiência das dirigentes históricas e vai sistematizar a experiência de nascimento e formação da organização, poderia ter o eixo de **“fatores que nos primeiros anos de nossa organização, permitiram a essas companheiras formarem-se como dirigentes e como se desenvolveu o vínculo direção-base.”**
3. A rede que se interessa por enriquecer suas propostas teóricas e vai sistematizar experiências de formação para a cidadania, pré e pós eleições em quatro países, poderia definir o seguinte eixo de sistematização: **“contribuição da formação para o exercício da cidadania nos espaços cotidianos e nos momentos de campanha eleitoral: características, variantes e relações”.**

Como se pode ver nos diferentes exemplos, o eixo de sistematização pode ser formulado de formas distintas. E uma mesma experiência pode ser sistematizada a partir de vários eixos, de acordo com o que mais se necessita ou interesse. É o caso do centro de educação popular do exemplo 1, que poderia também sistematizar a mesma experiência, com o eixo: “trabalho em saúde e participação das mulheres”, ou com esse outro: “O papel que os promotores de saúde desempenharam ao longo do processo, etc.”

A formulação do eixo deve ser coerente com o objetivo e com o objeto, e responder de maneira mais específica a eles. Isso tem sobretudo um sentido prático; deve ser um facilitador do processo, que evite se perder em elementos da experiência que não são tão relevantes para **essa** sistematização que se quer realizar.¹³

O contexto “teórico”

Chegando a esse ponto, poderíamos nos perguntar: Com quais critérios formulamos as perguntas? Aqui vale a pena, então, afirmar que nós não estamos propondo uma sistematização sem uma indicação teórica de referência. Estamos convencidos de que nós, que trabalhamos em educa-

¹³ Uma vez respondidas as “perguntas iniciais” tem-se que esboçar o procedimento a seguir: técnicas a utilizar, participantes, prazos e atividades específicas a serem realizadas adiante. Como isto é muito óbvio, não vamos colocar como um “momento”, limitando-nos a assinalar e exemplificar os elementos mais globais da proposta.

ção, animação ou organização popular, temos determinadas referências teóricas com as quais trabalhamos, independente do nível de explicitação, rigor ou fundamentação com que nos referimos a elas. Toda intencionalidade supõe pressupostos teóricos e filosóficos.¹⁴ Por isso, em qualquer processo de sistematização devemos estar conscientes que temos uma referência teórica que nos sustenta.¹⁵

Estas afirmações não querem dizer que estamos pensando no tradicional e rígido “marco teórico”, já criticado em páginas anteriores.¹⁶ Por isso preferimos falar de “contexto” teórico, para sublinhar o sentido dinâmico e situador dessa referência fundamental. Mais ou menos explícito, é o contexto teórico que - em última instância - nos fará formular determinados objetos a serem sistematizados e priorizar determinados aspectos ao longo do processo. Inclusive, a partir da própria elaboração de uma proposta para sistematizar, já existe uma fundamentação, uma justificação que argumente seu sentido.

O que propomos, em síntese, se condensa nestas três afirmações:

- Todo trabalho educativo, de animação e organizativo fundamenta-se num contexto teórico (mais ou menos explícito, mais ou menos coerente, mais ou menos sistemático).

¹⁴ Nesse sentido, Gramsci sustentou que todas as pessoas são filósofas, têm uma concepção de mundo, da vida, de si mesmos e de seu fazer. Esta filosofia está presente no senso comum. Logo, quando estamos fazendo referência a uma intencionalidade institucional ou de uma organização, estamos fazendo referência a outros dois aspectos: a) à fundamentação explícita que esta instância tenha de suas opções e b) à influência do contexto em que se vive. Não existe uma intencionalidade coletiva (nem individual) que não seja impactada pelas correntes da época. Nesse sentido, trabalhamos com as virtudes e os limites das concepções teóricas de nosso tempo.

¹⁵ Este aspecto particular é o que faz com o que as propostas de sistematização de Martinic, de Teresa Quiróz, Diego Palma, retomadas pela Oficina do CEAAL-Perú e outros, considerem a importância de explicitar nesse “tempo” a hipótese de ação, quer dizer a “aposta” que sustenta a intencionalidade da experiência. (ver: texto citado: *E como se faz...*?). Penso que em muitos processos de sistematização poderá, certamente, ser muito útil, em particular naqueles que se realizam a partir de instituições de animação e educação popular ou quando se vai sistematizar pela primeira vez.

¹⁶ [Ver nota 6 deste capítulo]

- Esse contexto de referência é decisivo para a formulação das perguntas iniciais que a sistematização fará à prática.
- Esse contexto deve ser explicitado, para confrontá-lo, enriquecê-lo e transformá-lo graças às contribuições da sistematização e de outros processos teóricos.

C) Recuperação do processo vivido

Nesse terceiro “tempo” mergulhamos na sistematização, mas enfatizando os aspectos descritivos acerca da experiência. Por isso, os dois “momentos” que queremos colocar aqui são:

- c1. **Reconstruir** a história.
- c2. **Ordenar e classificar** a informação.

O nível de detalhe, os procedimentos que se vão utilizar e o tempo que se lhe dedique, podem ser muito variados, dependendo, sobretudo, da duração ou complexidade da experiência que se está sistematizando (o objeto), ou também do nível de definição com que está planejando o eixo.

c1. Reconstruir a história

Trata-se aqui de ter uma visão global dos procedimentos que se sucederam no lapso da experiência, normalmente postos de maneira cronológica. Para isso será quase indispensável consultar os registros, que mencionamos nas páginas anteriores.

Pode ser útil elaborar uma cronologia. Também, fazer um gráfico para que visualmente se possa seguir a seqüência dos fatos. Também pode ser interessante reconstruir a história em forma de conto ou narração.

Dado que os “fatos” e “acontecimentos” aos quais fazemos referência foram vividos - certamente de forma intensa - por seus protagonistas, será importante (esse dever ser um momento descritivo) fazer constar as diferentes interpretações que se apresentem na reconstrução histórica.

Em muitas situações, será fundamental incorporar, na reconstrução da experiência particular, os acontecimentos do contexto (local, nacional ou internacional) que se associam a ela. Inclusive, mostrou-se a utilidade de fazer uma cronologia paralela: numa coluna os acontecimentos da experiência; em outra os do contexto. Fazê-lo ou não, e o nível de detalhe que terá, vai depender da utilidade de cada sistematização.

Por exemplo:

1. O centro de educação popular que vai sistematizar experiências de trabalho em saúde, seguramente **reconstruirá com critérios semelhantes o realizado nas experiências urbanas e camponesas; além disso, dará particular atenção às mudanças realizadas por políticas oficiais ao longo desses dois anos, particularmente no que diz respeito ao âmbito comunitário.**
2. A organização de mulheres poderá utilizar **entrevistas individuais ou coletivas de suas dirigentes e certamente, terá que ir, na reconstrução histórica individual, a muito antes de 2005, para identificar como e com que motivações aparecem essas mulheres participando já desde o início da organização.** Dado que o período a considerar é grande, certamente não será preciso fazer uma cronologia detalhada do contexto, ainda que pareça indispensável saber o que ocorria no país durante os momentos fortes ou significativos da trajetória organizativa.
3. A rede de instituições que sistematizam as experiências de formação para a cidadania, pelo contrário, teria que **reconstruir com muito mais detalhe - conjuntamente com as atividades formativas - as características dos quatro contextos nacionais nos períodos assinalados,** já que serão decisivas para situar o papel e a contribuição da formação para a cidadania em cada um deles.

Quer dizer, a forma e os aspectos que se consideram na reconstrução histórica dependerão do tipo de sistematização que se está realizando. O mais importante é que permita uma visão geral do processo. Se se realiza com cuidado, significará uma experiência muito interessante e sugestiva.¹⁷

De certo nesse momento surgirá de forma natural uma **primeira periodização**, quer dizer, um primeiro assinalamento das *etapas* que se

sucederam ao longo da experiência, marcadas pelo reconhecimento de alguns *acontecimentos significativos*. Isto proporcionará pistas e interrogações para a posterior interpretação crítica da(s) experiência(s).¹⁸

c2. Ordenar e classificar a informação

Baseando-se nessa visão geral do processo vivido, trata-se, agora, de avançar até a **localização dos diferentes elementos** desse processo. Aqui é onde a definição do eixo de sistematização nos vai ser de suma utilidade, pois nos dará a pauta de quais componentes levar em conta.

Um instrumento sumamente útil para essa tarefa é um *roteiro de ordenação*: um quadro ou uma lista de perguntas, que permitirá articular a informação sobre a experiência em torno dos aspectos básicos que nos interessam. (Como no momento anterior, os registros serão fundamentais).

Por exemplo:

1. O centro de educação de nosso primeiro exemplo, que tem como eixo a relação entre o trabalho de saúde e a autonomia e capacidade propositiva das comunidades, poderia ordenar e classificar (para cada etapa de reconstrução histórica):
 - Objetivos previstos pelo centro.
 - Necessidades apontadas pela comunidade.
 - Enganos e dificuldades.
 - Ações geradas pelos programas de saúde.
 - Vinculação comunidade - instâncias de governo.
 - Percepções da comunidade acerca de sua capacidade de ação e de fazer propostas.
 - etc.

¹⁷ Algumas propostas metodológicas de sistematização consideram que a reconstrução histórica deveria ser o primeiro passo, para que - a partir dela - se definam os objetivos e o objeto de sistematização. Penso que seja útil em alguns casos, sobretudo se não se tem clareza de que e para que sistematizar, mas, em geral, se não há objetivo definido, nem objeto delimitado, corre-se o risco de fazer uma reconstrução histórica excessivamente extensa e sem orientação.

¹⁸ É importante ressaltar que esse momento possibilita levantar perguntas e dar pistas para o trabalho posterior. Será necessário precisá-las e documentá-las sem cair na tentação de respondê-las de uma vez com as primeiras reflexões que nos venham a mente.

2. A organização de mulheres, que tem como eixo de sistematização os fatores que lhes permitiram formar-se como dirigentes e sua vinculação com a base, poderia ordenar e classificar (para cada etapa):

- Motivações para sua participação.
- Principais ações que realizaram.
- Dúvidas e dificuldades que enfrentaram.
- Aspectos que lhes ajudou a continuar.
- Objetivos a que se propuseram.
- Concepção de dirigente e organização que tinham.
- Formas de relação com a base.
- Opiniões da base sobre seu papel, etc...

3. A rede de instituições que tem como eixo a contribuição da formação para a participação cidadã pré e pós eleições, seguramente ordenaria e classificaria em dois quadros paralelos (antes e depois das eleições) elementos como estes:

- Objetivos formativos.
- Ações realizadas e com quem.
- Conteúdos trabalhados e o porquê.
- Enganos.
- Dificuldades.
- Formas de participação existentes.
- Novas formas de participação geral.
- Opiniões sobre a campanha eleitoral.
- Concepções que se tem sobre Estado, Democracia, partidos políticos, organizações sociais, etc., etc.

Em síntese o ordenamento e a classificação da informação deve permitir reconstruir, de forma precisa, os diferentes aspectos da experiência, vista já como um processo. Como se vê nos exemplos deve-se levar em conta, de acordo com o eixo de sistematização, tanto as *ações* como os *resultados*, assim como as *intenções* e *opiniões*. Na maioria dos casos, tanto de quem promove a experiência como de quem participa dela. Estes dois momentos, que apareceram aqui separados, também poderiam fazer parte

de um só exercício: recuperar historicamente, de forma agregada, os diferentes componentes do processo vivido.¹⁹

D) A reflexão de fundo: por que aconteceu o que aconteceu?

Chegamos aqui ao “tempo” chave do processo de sistematização: a interpretação crítica do processo vivido. Todos os outros momentos estão em função deste.

Trata-se, agora, de ir mais além que o descritivo, de realizar um processo ordenado de abstração, para encontrar a razão de ser do que aconteceu no processo da experiência. Por isso, a pergunta chave desse “tempo” é:

Porque aconteceu o que aconteceu?

d1. Análise, síntese e interpretação crítica do processo.

Para realizar essa reflexão de fundo será necessário penetrar por partes na experiência, quer dizer, fazer um exercício **analítico**; localizar as **tensões ou contradições** que marcaram o processo; e, com esses elementos, voltar a ver o conjunto do processo, quer dizer, realizar uma **síntese** que permita elaborar uma conceitualização a partir da prática sistematizada.²⁰

Este “momento” (com seus componentes de análise, localização de tensões e síntese) tem uma duração indeterminada, dependendo do objeto e do objetivo da sistematização (poderia durar todo um dia, até servir de tema para uma série de sessões ou oficinas ao longo de um ano inteiro).

Um dos principais instrumentos que se podem utilizar aqui é um **roteiro de perguntas críticas** que interroguem o processo da experiência e permitam identificar os fatores essenciais que intervieram durante o processo e explicitar a lógica e o sentido da experiência.

¹⁹ Uma proposta interessante foi realizada pelas companheiras da *Oficina de Sistematização CEAAL - Peru*, que propõem um quadro de recuperação do processo e seus componentes gerais, que considera os seguintes aspectos: data; ações; objetivos, metodologia; enganos, dificuldades; contexto; observações. Ver: “*E como se faz?*” proposta de método de sistematização.

²⁰ Ver, a respeito, o assinalado no capítulo V.

Por exemplo:

1. O centro de educação popular que sistematiza as experiências de trabalho em saúde comunitária, poderia propor-se perguntas como estas:
 - Houve mudanças nos objetivos? Por que?
 - As necessidades se mantêm iguais? No que mudaram?
 - Qual é a relação entre objetivos e necessidades das distintas etapas, comparando as comunidades camponesas com as urbanas?
 - Que mudanças ocorreram na relação comunidade e governo? Que tensões e contradições apareceram? A que se devem? Mantêm-se?
 - Que ações demonstram que se ganhou em autonomia ou em capacidade propositiva?
 - Que fatores (de nosso trabalho e externo a ele) incidiram em maior autonomia ou capacidade propositiva? Quais incidiram negativamente? Superaram-se? Por que?
 - A partir do que foi visto, como conceituaríamos: “autonomia”, “capacidade propositiva”, “trabalho de saúde comunitária”, “política social” e que relações têm esses conceitos com as orientações neoliberais? Como entendemos o neoliberalismo? O que isso implica para o trabalho comunitário?

2. A organização de mulheres que sistematiza a experiência de conformação da organização para ver os fatores que incidiram na formação das dirigentes, poderia se perguntar:
 - Que tipo de motivações foram as mais comuns para a maioria das dirigentes no início? Elas mudaram? Por que?
 - Quais as mudanças que se observam entre os objetivos propostos nas diferentes etapas?
 - Quais foram as principais contradições que enfrentaram no processo tanto a nível pessoal, entre elas e suas famílias; entre elas e sua base; entre elas como dirigentes; entre a organização e os centros de apoio? Como as enfrentaram? Quais se mantêm?
 - Como evoluíram suas concepções? A partir de que?
 - Levando em conta todo o processo, quais aspectos aparecem como essenciais em sua formação como dirigentes?

3. A rede de instituições que sistematiza quatro experiências de formação para a cidadania, para recriar suas propostas teóricas, faria perguntas semelhantes a estas:
- Que objetivos, ações, conteúdos e resultados são comuns às quatro experiências? Quais são particularmente diferentes? Por que?
 - Em que medida a campanha eleitoral incidiu sobre as formas de participação cidadã? Em que medida incidiram nos programas de formação?
 - Quais foram em cada país as principais tensões que enfrentaram os programas de formação? Quais tensões foram coincidentes? Que mudanças houve nelas? Como se enfrentaram?
 - Levando em conta os resultados dos programas de formação para a cidadania, que demandas surgem para os nossos sistemas democráticos? Que direitos do cidadão aparecem como os mais relevantes? Que contribuições aparecem em relação ao conceito de participação cidadã? Que desafios se propõem aos conceitos de “democracia representativa”, “democracia participativa”, “cidadania”, relação entre “sociedade civil e Estado”, “poder local”?

Estas perguntas, apenas exemplificadoras, mostram-nos a diversidade possível de enfoques interpretativos que se poderiam ter em uma sistematização de experiências, assim como as diversas modalidades de realizar análise, identificação de contradições e síntese.

E) Os Pontos de chegada

Chegamos assim ao último tempo desta proposta metodológica que é uma nova forma de chegar ao ponto de partida, enriquecido com a ordenação, reconstrução e interpretação crítica da(s) experiência(s) sistematizada(s).

Ainda que possa parecer que formular conclusões e disseminar a aprendizagem é uma tarefa fácil e que seria quase uma consequência natural do que se realizou anteriormente, não é assim. Tem uma importância enorme dedicar tempo e energia a esta tarefa, porque disso dependerá o real cumprimento dos objetivos de fundo do exercício sistematizador.

e1. Formular conclusões

Toda a reflexão interpretativa do momento anterior deverá dar como resultado a formulação - a mais clara possível - de conclusões tanto teóricas como práticas.

Trata-se de expressar as principais respostas e perguntas formuladas no guia de interpretação crítica, tomando como referência principal o **eixo de sistematização** formulado. Assim, as conclusões deverão ser dirigidas a dar respostas aos **objetivos** propostos no início da sistematização.

Por isso, as conclusões teóricas poderão ser formulações conceituais surgidas diretamente do refletido a partir da experiência. Estas formulações deverão relacionar-se com as formulações teóricas cunhadas pelo saber constituído, estabelecendo um diálogo de mútuo enriquecimento. Também permitirão formular hipóteses que apontem, a partir da experiência, a uma possível generalização de maiores alcances teóricos.

As conclusões práticas serão, por sua vez, aqueles ensinamentos que se desprendem da(s) experiência(s), que deverão ser levados em consideração para melhorar ou enriquecer as futuras práticas, tanto próprias como alheias.

Por exemplo:

1. O centro de educação popular teria que formular conclusões teóricas em torno do fortalecimento da autonomia, da capacidade propositiva e da incidência nas políticas sociais no contexto neoliberal. Assim, deverá formular uma proposta para o trabalho comunitário no novo contexto nacional, buscando generalizar os aspectos mais positivos de sua experiência e advertindo sobre os negativos.
2. A organização de mulheres teria que formular conclusões práticas expressas num plano de formação de novas dirigentes, que considere o aprendizado com o resgate da experiência inicial. Assim deveria formular algumas conclusões teóricas sobre a relação entre dirigentes e base, sobre os fatores que incidem na formação de uma dirigente, sobre as características organizativas das mulheres, etc.

3. A rede de instituições não só deverá formular uma série de propostas em torno da construção da democracia, dos direitos do cidadão e da participação da cidadania, como também terá que repensar seus programas de formação nas circunstâncias atuais e, inclusive, pensar em articular mais entre si os diferentes programas em diferentes países, para continuar retroalimentando-se mutuamente.

e2. Comunicar a aprendizagem

Por último será necessário produzir algum ou alguns materiais que permitam compartilhar com outras pessoas o aprendido. Vale a pena dedicar um tempo importante a isso pois, de outra maneira, a riqueza do processo limitar-se-ia ao grupo participante, o que seria irresponsabilidade, para dizer pouco.

Aqui, fazemos referência outra vez ao que dissemos no capítulo 3º: que a dimensão comunicativa da sistematização é um aspecto substancial e não secundário nem optativo. Insistimos, também, em que produzir esse material permitirá realizar uma nova “objetivação” do vivido, que nos enriquecerá ainda mais o processo de pensar e transformar nossa própria prática.

Certamente, uma forma indispensável será a redação de um documento. Sem dúvida, deveríamos considerar que talvez o melhor não seja “narrar como se fez a sistematização”, nem, simplesmente, “apresentar as principais conclusões”. Haverá que pensar num documento criativo que dê conta da vitalidade da experiência.

Devemos recorrer a toda forma imaginativa ou criativa que torne *comunicável* nossa experiência: teatro, fábula, vídeo, gráficos, pequena história, novela, etc. (Levar em conta *a quem* é dirigido esse material e *para que* ele é produzido e, portanto, não será necessário incluir tudo o que fizemos...)

Até aqui a proposta metodológica foi acompanhada de uma série de exemplos ilustrativos. Esperamos que seja um instrumento útil. Para complementá-la, acrescentamos o capítulo seguinte com uma amostra de experiências reais, que pretende abrir mais um pouco o leque de possibilidades de sistematização.

the \mathbb{R}^n -valued function \mathbf{f} is a solution of the system (1) if and only if \mathbf{f} satisfies the system of partial differential equations

$$\mathbf{f}'(x) = \mathbf{A}(x)\mathbf{f}(x) + \mathbf{g}(x), \quad (2)$$

where $\mathbf{A}(x) = (a_{ij}(x))_{i,j=1}^n$ and $\mathbf{g}(x) = (g_i(x))_{i=1}^n$ are $n \times n$ and $n \times 1$ matrices of functions, respectively, defined on J .

Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system $\mathbf{f}'(x) = \mathbf{A}(x)\mathbf{f}(x)$ and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (3)$$

where $\mathbf{c}_1, \mathbf{c}_2, \dots, \mathbf{c}_n$ are arbitrary constants. Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system (2) and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (4)$$

where $\mathbf{c}_1, \mathbf{c}_2, \dots, \mathbf{c}_n$ are arbitrary constants. Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system (2) and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (5)$$

where $\mathbf{c}_1, \mathbf{c}_2, \dots, \mathbf{c}_n$ are arbitrary constants. Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system (2) and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (6)$$

where $\mathbf{c}_1, \mathbf{c}_2, \dots, \mathbf{c}_n$ are arbitrary constants. Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system (2) and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (7)$$

where $\mathbf{c}_1, \mathbf{c}_2, \dots, \mathbf{c}_n$ are arbitrary constants. Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system (2) and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (8)$$

where $\mathbf{c}_1, \mathbf{c}_2, \dots, \mathbf{c}_n$ are arbitrary constants. Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system (2) and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (9)$$

where $\mathbf{c}_1, \mathbf{c}_2, \dots, \mathbf{c}_n$ are arbitrary constants. Let $\mathbf{f}_1, \mathbf{f}_2, \dots, \mathbf{f}_n$ be n linearly independent solutions of the homogeneous system (2) and let \mathbf{f}_0 be a particular solution of the inhomogeneous system (2) . Then the general solution of (1) is

$$\mathbf{f}(x) = \mathbf{c}_1\mathbf{f}_1(x) + \mathbf{c}_2\mathbf{f}_2(x) + \dots + \mathbf{c}_n\mathbf{f}_n(x) + \mathbf{f}_0(x), \quad (10)$$

Anexos

teórico-práticos

Toda verdade, inclusive se é universal e também se pode ser expressa com uma fórmula abstrata de tipo matemático, deve sua eficácia ao ser expressa nas linguagens das situações concretas particulares: se não é expressável em línguas particulares, é uma abstração bizantina e escolástica, boa somente para o desfrute dos ruminantes de frases”

Antonio Gramsci

Índice de Anexos

1. Três exemplos de sistematização.

- Um centro de educação popular quer renovar sua prática.
- Uma organização de mulheres quer formar novas dirigentes.
- Uma rede de instituições quer aprofundar teoricamente.

2. Alguns formulários úteis para o registro.

3. Roteiro para elaborar um projeto de sistematização.

Três exemplos de sistematização

Neste anexo trabalharemos com alguns exemplos, os quais foram criados com propósitos puramente didáticos. Entretanto, todos eles estão baseados em experiências e situações que existem, efetivamente, em toda a América Latina: centros de educação popular que fazem trabalho em comunidades, organizações de mulheres, redes de instituições.

Igualmente, os objetivos e objetos de sistematização poderiam ser facilmente encontrados em muitas experiências através do continente. A coisa mais inovadora talvez seja o que se propõe como eixo de sistematização, as pautas para a reconstrução histórica e os roteiros para o ordenamento, classificação e interpretação crítica. É claro que aqui se apresenta só uma amostra do que poderiam ser essas pautas e roteiros, que em um caso real certamente teriam que se ampliar, restringir-se ou precisar-se mais.

Sugere-se, além disso, o tipo de conclusões a que se poderia chegar, assim como uma variedade de produtos de comunicação que seria interessante elaborar com base nas sistematizações realizadas.

Neste anexo, apresentamos uma amostra de procedimentos possíveis para cada um dos exemplos: participantes, duração, modalidades de trabalho, e outros aspectos, tratando de ser sumamente concretos. Como os outros exemplos, estes procedimentos estão baseados em experiências e situações reais que conhecemos ou que pusemos em prática.

No desenvolvimento destes exemplos, colocamos intencionalmente três situações muito diferentes entre si, que pudessem refletir algo da diversidade de possibilidades de aplicação de nossa proposta de método, pensando que quem os ler poderá associar sua própria experiência com alguma em particular, ou com um ou outro aspecto presente nelas.

Enfim, com as virtudes e defeitos que possa ter esta amostra, não tem outra pretensão senão servir de exemplo, não para ser copiado, mas, sim, para servir de provocação para criarmos, cada um, nosso próprio processo de sistematização, adaptando-o a nossos recursos, possibilidades, tempo e intenções.

EXEMPLO 1

Um centro de educação popular quer renovar sua prática

Quem sistematiza

Um centro de educação popular que faz trabalho comunitário e que, diante das mudanças na situação de seu país, reconhece a importância de recriar seus programas de ação. Por isso, decide sistematizar suas experiências.

Objetivo da sistematização

Construir - a partir da experiência institucional - uma proposta de trabalho comunitário que responda aos novos desafios da situação nacional.

Delimitação do objeto a ser sistematizado

As experiências de trabalho de saúde comunitária que se realizaram no bairro urbano de La Unión e nas comunidades rurais de Palmar e San Jerónimo durante 2002 e 2003. (Os primeiros anos do novo governo que impulsiona uma política neoliberal, mudando assim a relação paternalista que tiveram os governos anteriores com as comunidades).

O Eixo da sistematização

“Nosso trabalho em saúde e os níveis de autonomia e de capacidade de proposta por parte dos moradores das comunidades”.

Procedimento

- Coordenarão o processo as duas pessoas responsáveis pelo trabalho em saúde comunitária.
- Participa toda a equipe de promotores comunitários (8 pessoas), dois pesquisadores da área de análise da realidade e a diretora do Centro.
- Realizar-se-á, ao longo de 6 meses, uma sessão preparatória de dois dias, dez jornadas quinzenais de um dia completo, duas sessões finais de dois dias cada uma .
- Cada sub-equipe (urbana e rural) fará por seu lado a reconstrução e o ordenamento de sua experiência, que depois se coletivizará nas sessões quinzenais.
- Os pesquisadores subsidiarão a reflexão em torno das políticas governamentais.
- Dirigentes das comunidades participarão em algumas sessões, fundamentalmente para enriquecer a parte de interpretação e de conclusões.
- Serão utilizados todos os registros com que se conta: informes semanais, cadernos pessoais, atas de reunião de equipe, cronograma e documentos de planejamento 1992 e 1993, assim como os documentos de avaliação anual de ambos anos.

Reconstrução histórica

Do que foi realizado no trabalho de saúde, na experiência urbana e nas experiências rurais. Prestar atenção as mudanças realizadas pelas políticas oficiais ao longo desses dois anos, particularmente no que diz respeito ao âmbito comunitário. Chegar a uma primeira identificação de etapas.

Roteiro de aspectos a ordenar e classificar

- Objetivos previstos pelo centro.
- Necessidades colocadas pelas comunidades.
- Avanços e dificuldades.
- Grupos organizados existentes e que surgem na experiência.
- Ações geradas pelos programas de saúde.
- Vinculação comunidade-instâncias de governo.
- Percepções das pessoas sobre sua capacidade de ação e proposta.

Roteiro para a interpretação crítica do processo

- Houve mudanças nos objetivos? Por quê?
- As necessidades mantêm-se iguais? Por quê?
- Qual é a relação (nas distintas etapas) entre objetivos e necessidades, comparando as comunidades rurais e as urbanas?
- Que mudanças ocorreram na relação entre a comunidade e o governo? Que tensões e contradições apareceram? A que se devem? Ainda se mantêm?
- Que ações demonstram que se ganhou em autonomia ou em capacidade propositiva?
- Que fatores (de nosso trabalho e externos a ele) incidiram em maior autonomia ou capacidade propositiva? Quais incidiram negativamente? Foram superados? Por que?
- A partir do que foi visto, como conceitualizaríamos: “autonomia”; “capacidade propositiva”; “trabalho de saúde comunitária”; “política social” e que relação têm esses conceitos com as orientações neoliberais? Como entendemos o neoliberalismo? O que implica para o trabalho comunitário?

Formulação de conclusões

- Formular conclusões teóricas em torno do fortalecimento da autonomia, a capacidade propositiva e a incidência que poderia ter o trabalho comunitário nas políticas sociais em um contexto neoliberal.
- Formular uma proposta para o trabalho comunitário no novo contexto nacional, buscando generalizar os aspectos mais positivos de sua experiência e alertando sobre os negativos.

Produtos de comunicação

- Um folheto de 40 páginas sobre autonomia, propostas populares e política social, para ser utilizado como material de reflexão em seminários e oficinas, e para divulgar entre animadores e dirigentes com experiências semelhantes.
- Um roteiro para preparar uma representação teatral sobre as relações entre comunidade e governo.
- Linhas concretas para o trabalho comunitário 2004-2005, a ser discutidas e incorporadas no planejamento geral do centro.

EXEMPLO 2

Uma organização de mulheres quer formar novas dirigentes

Quem sistematiza

Uma organização de mulheres de bairros populares, que está passando por uma etapa de renovação organizativa e que reconhece a importância de formar novas dirigentes. Por isso, decide sistematizar sua experiência organizativa.

Objetivo da sistematização

Resgatar a experiência acumulada pelas dirigentes históricas, para orientar a formação de uma nova geração de dirigentes.

Delimitação do objeto a ser sistematizado

“A experiência de nascimento e conformação de nossa organização, desde 8 de março de 1995 (quando surge o núcleo inicial), até 20 de dezembro de 2000 (quando se realiza o primeiro congresso estadual)”.

O eixo da sistematização

“Fatores que nos primeiros anos de nossa organização permitiram a estas companheiras formar-se como dirigentes e como se desenvolveu o vínculo dirigência-base.”

Procedimento

- O processo será coordenado por uma equipe de cinco companheiras: duas dirigentes nacionais e três dirigentes intermediárias.
- Participarão oito dirigentes históricas e umas dez mulheres de base que estiveram nos primeiros cinco anos da organização.
- O processo durará oito meses: um mês de preparação, três meses para reconstruir e ordenar o processo, dois meses para a interpretação crítica e dois meses para elaborar conclusões e um plano de formação.

- Serão feitas primeiro entrevistas individuais e depois se realizarão sessões coletivas de discussão e reflexão. Estas sessões se realizarão tanto para o ordenamento, como para a interpretação e as conclusões.
- Participarão, como apoio, três representantes das instituições que assessoram a organização: uma, para o apoio metodológico e técnico da sistematização e as outras duas para ajudar a processar o conteúdo. Elas se incorporarão à discussão nas sessões coletivas, com seus pontos de vista. Também se pedirá apoio a uma instituição de pesquisa para a colocação da conjuntura nesse período.
- Serão utilizadas como registro todas as atas da organização, o boletim que se publicou naqueles anos, recortes de jornais e informes das instituições de assessoria.

Reconstrução histórica

Reconstruir o processo de 1985 a 1990, tratando de identificar as principais etapas e momentos significativos. Nas entrevistas individuais, ir a etapas anteriores da vida das dirigentes para conhecer aspectos de sua vida pessoal que expliquem como e com que motivações começaram a participar no início da organização.

Não fazer uma cronologia detalhada do contexto, mas sim saber o que ocorria no país durante os “momentos fortes” ou significativos da trajetória organizativa, para relacioná-los.

Roteiros de aspectos a ordenar e classificar *(Para cada etapa)*

- Motivações que as levaram a participar.
- Principais ações que realizaram.
- Dúvidas e dificuldades que enfrentaram.
- Aspectos que lhes ajudaram a continuar.
- Objetivos que se colocaram.
- Concepção de dirigente e de organização que tinham.
- Formas de relação com a base.
- Opiniões da base sobre seu papel como dirigentes.

Roteiro para a interpretação crítica do processo

- Que tipo de motivações foram as mais comuns na maioria de dirigentes, no início? Mudaram? Por que?
- Que mudanças se observam entre os objetivos colocados nas diferentes etapas?
- Quais foram as principais contradições que enfrentaram no processo, a nível pessoal, entre elas e suas famílias; entre elas e a base; entre elas como dirigentes; entre a organização e os centros de apoio? Como foram enfrentadas? Quais continuam até hoje?
- Como evoluíram suas concepções? A partir de que?
- Tomando em conta todo o processo, que aspectos aparecem como essenciais em sua formação como dirigentes?

Formulação de conclusões

- Formular conclusões práticas expressas em um plano de formação de novas dirigentes, que considere tudo o que foi aprendido do resgate da experiência inicial.
- Formular algumas conclusões teóricas sobre a relação entre dirigentes e base, sobre os fatores que incidem na formação de uma dirigente, sobre as características organizativas das mulheres, etc.

Produtos de comunicação

- Um vídeo sobre a origem da organização, de 20 minutos de duração, e que contenha uma seleção de testemunhos e entrevistas.
- Uma série de folhetos educativos baseados nos aspectos mais relevantes da sistematização, para ser utilizados no novo plano de formação.
- Um roteiro de fotonovela sobre o tema: relação dirigentes-base, recriando situações significativas que apareceram na sistematização.
- Um documento síntese, que se apresente na próxima assembléia, que sirva de material de discussão na organização, que se divulgue em outras organizações e que se debata com os centros que as assessoram.

EXEMPLO 3

Uma rede de instituições quer aprofundar teoricamente

Quem sistematiza

Uma rede de quinze instituições de quatro diferentes países (Costa Rica, Peru, Venezuela e México), que realizam programas de formação para a participação cidadã. Ela quer sistematizar estas experiências, porque identificou a necessidade de ter maior consistência em suas propostas teóricas.

Objetivos da sistematização

Obter, das diversas experiências particulares, elementos para enriquecer suas colocações conceituais sobre democracia e direitos de cidadania.

Delimitação do objeto a ser sistematizado

“As experiências de trabalho em formação para a participação cidadã, realizadas no período anterior e posterior às eleições gerais na Costa Rica (junho 2002 a junho 2003), Peru (agosto 1998 a outubro 2000), Colômbia (setembro 2002 a dezembro 2003) e México (janeiro 2004 a março 1995).

O eixo da sistematização

“Contribuição de nosso trabalho de formação ao exercício da participação cidadã nos espaços cotidianos e nos momentos de campanha eleitoral: características, variantes e relações”.

Procedimento

- Coordenará o processo uma comissão composta por um delegado de cada país e um membro do comitê executivo da rede, destacado para esta tarefa.
- Participarão todas as equipes de formação das quinze instituições, assim como uma equipe de investigação especializada em conjuntura para cada país.

- Será realizada ao longo de um ano: partindo de uma oficina de planejamento de uma semana, durante os primeiros seis meses se fará a reconstrução e ordenamento a nível nacional; cada país elaborará uma análise da conjuntura do período respectivo. Ao fim desse tempo, se realizará uma oficina intermediária a nível internacional, para intercambiar o que se avançou e precisar as perguntas interpretativas. No segundo semestre se fará intercâmbio de correspondência cada dois meses, para socializar os avanços nacionais. Cada país elaborará um documento final nacional com o que participará em uma segunda oficina internacional, para produzir conclusões conjuntas.
- Os delegados nacionais são os responsáveis por organizar, definir e coordenar os procedimentos próprios em seu país. O membro do comitê executivo da rede será responsável por coordenar tudo o que se refere ao intercâmbio ao longo do ano, assim como de planejar as oficinas internacionais.
- Ao longo do processo deverão participar outras pessoas envolvidas: participantes dos programas de formação, dirigentes sociais e políticos, diretores das instituições envolvidas e da rede.
- Serão tomados como base documental de referência os planos de trabalho nacionais e da rede, os projetos apresentados a agências de financiamento, as memórias dos eventos, atas e informes de trabalho, avaliações internas, materiais didáticos produzidos, recortes de jornal, documentos de análise política e outros.

Reconstrução histórica

Reconstruir com muito detalhe - conjuntamente com as atividades formativas - as características dos quatro contextos nacionais nos períodos definidos, uma vez que serão decisivos para situar o papel e a contribuição das experiências de formação cidadã em cada um deles.

Roteiro de aspectos a ordenar e classificar

(ordenar e classificar em dois quadros paralelos - antes e depois das eleições - estes elementos:)

- Objetivos formativos.
- Ações realizadas e com quem.
- Conteúdos trabalhados e por que.
- Avanços.
- Dificuldades.

- Formas de participação existentes.
- Novas formas de participação geradas.
- Opiniões sobre a campanha eleitoral.
- Concepção que se tem sobre o estado, a democracia, os partidos políticos, as organizações sociais...

Roteiro para a interpretação crítica do processo

- Que objetivos, ações, conteúdos e resultados são comuns às quatro experiências? Quais são particularmente diferentes? Por que?
- Em que medida a campanha eleitoral incidiu nas formas de participação cidadã? Em que medida incidiu nos programas de formação?
- Quais foram, em cada país, as tensões principais com que se enfrentaram os programas de formação? Quais tensões foram coincidentes? Que mudanças sofreram? Como foram enfrentadas?
- Tomando em conta os resultados dos programas de formação cidadã, que demandas surgem para nossos sistemas democráticos? Que direitos de cidadania aparecem como mais relevantes? Que contribuições surgem em relação ao conceito de participação cidadã? Que desafios se apresentam aos conceitos de “democracia representativa”, “democracia participativa”, “cidadania”, relação entre “sociedade civil e estado”, “poder local”?

Formulação de conclusões

- Formular propostas em torno à construção da democracia, os direitos de cidadania e a participação da cidadania, hoje na América Latina.
- Reformular os programas de formação cidadã para adequá-los às circunstâncias e desafios atuais de cada país. Programar formas concretas de articulação entre os diferentes programas dos diferentes países, para continuar retroalimentando-se mutuamente.

Produtos de comunicação

- Redação de artigos de debate para ser publicados em revistas de análise nos diferentes países.
- Elaborar uma palestra para um seminário internacional, na qual se recuperem as experiências nacionais e as projeções latino-americanas.

- Produzir um documento de reflexão sobre o conteúdo e a experiência da sistematização, para que circule e seja debatido no interior de todos os membros da rede e se divulgue em outras redes.
- Preparar roteiros para programas de rádio, que divulguem as experiências de formação cidadã de outros países e coloquem para o debate público o tema da democracia e a participação cidadã.

Alguns formulários úteis para o registro*

Apresentamos em seguida, três formulários que se poderiam utilizar para o registro diário, semanal ou ocasional de atividades. Já no capítulo sete, pusemos as indicações e recomendações para esta importantíssima tarefa que, em muitos casos, será indispensável para que se possa sistematizar com rigor e profundidade.

Formulário de Registo nº 1

Este formulário está desenhado para ser preenchido de modo individual e diário, dando conta do trabalho realizado.

Nome					
Dia/Mês/Ano					
O que fiz hoje	Quanto tempo levou	Para que fiz	Com quem	Resultados	Observ. Impressões

* Estes formulários são parte de uma série que foi criada por Mariluz Morgan, como material de apoio para os programas de formação em sistematização que realiza a *Escuela para el Desarrollo*, em Lima, Peru.

Formulário de Registo nº 2

Este formulário está desenhado para ser preenchido pela equipe e semanalmente, a partir dos registos individuais de cada um de seus membros. Isto se poderá realizar em uma reunião em que se discutirão e confrontarão as diversas percepções.

Nome do projeto/área/programa					
Semana		Dia/Mês/Ano			
Atividades desenvolvidas	Data	Objetivos	Responsável (da equipe)	Com quem	Resultados
Dificuldades, impressões, observações					
Sugestões para a próxima semana					

Formulário de Registo nº 3

Este formulário está desenhado para ser preenchido uma vez completada uma atividade. Pode ser desenvolvido de maneira individual (pela pessoa responsável ou que nela participou) ou coletiva (pela equipe).

Pessoa que preenche o formulário			
Projeto/Área ou Programa		Dia/Mês/Ano	
1. O que foi feito?			
1.1. Onde se realizou a atividade?			
1.2. Quem (e quantos) participaram:			
1.3. Duração da atividade:			
1.4. Breve descrição da atividade			
2. Se a atividade tinha sido programada previamente			
2.1. Objetivos pré-definidos			
2.2. Resultados alcançados:			
2.2.1. Em relação aos objetivos			
2.2.2. Não previstos			
3. Se a atividade não havia sido programada previamente			
3.1. Como e por que se decidiu realizá-la ou participar dela:			
3.2. Resultados alcançados			
4. Impressões ou observações sobre a atividade:			
5. Documentos de referência (planos, transcrições, programa, material utilizado...)			

Roteiros para elaborar uma proposta de sistematização*

Este roteiro quer ser uma ajuda para as pessoas que quiserem concretizar um plano, projeto ou proposta de sistematização. Está pensado, principalmente, para que possa ser apresentado à instituição ou organização popular, como base para a discussão, mas também se poderia utilizar para justificar um projeto de financiamento.

1. Aspectos gerais

Título:

Elaborado por:

Data:

2. Sobre a experiência

Que experiência se quer sistematizar: *(Delimitar o objeto)*

Por que é importante sistematizá-la:

Breve resumo da experiência (onde e quando se realizou, quem participou, o que se pretendia, principais resultados):

* Este roteiro está também baseado em um modelo elaborado por Mariluz Morgan da *Escuela para el Desarrollo*, de Lima, Peru.

3. Sobre o plano de sistematização

Para que se vai realizar esta sistematização: *(Objetivos)*

Que aspecto(s) central(is) da experiência nos interessa sistematizar: *(Eixo de sistematização)*

Que elementos haveria que tomar em consideração na reconstrução histórica: *(primeiras idéias)*

Que elementos haveria que tomar em consideração para ordenar e classificar a informação: *(primeiras idéias)*

Que elementos haveria que tomar em consideração para a interpretação crítica: *(primeiras idéias)*

Que fontes de informação vamos utilizar: *(registros)*

Como se vai realizar a sistematização: *(que procedimentos se utilizarão e quem vai participar)*

Produtos que devem surgir desta sistematização:

4. Prazos e cronograma

Tempo total que tomará a sistematização:

Projeção no tempo dos passos a seguir:

Data	Atividade	Participantes

Bibliografía

- **Alboán, Hegoa, Instituto de DDHH de la Universidad de Deusto:** *La Sistematización, una nueva mirada a nuestras prácticas – Guía para la sistematización de experiencias de transformación social*, Bilbao, 2004.
www.alboan.org/sistematización

- **Alforja, Programa Regional Coordinado de Educación Popular:** *Sistematización de tres proyectos de abastecimiento y utilización de aguas apoyados por la AECI en Centroamérica*, San José, 1994.

- **Altamira, Fernando y Esther Canarias:** *La sistematización de experiencias en el Sur y en el Norte: ¿iguales o diferentes?- el proceso del grupo de trabajo de voluntariado de la Congde*, Bilbao, 2003.

- **Antillón, Roberto:** *Sistematización de la experiencia de Imdec en programas de formación metodológica, 1981-1990*, Imdec, Guadalajara, 1992.

- _____ *La Sistematización: ¿qué es? y ¿cómo se hace?*, Imdec, Guadalajara, 1995.

- _____ *La identidad y la sistematización*, mimeo, Imdec, Guadalajara, 1998

- **Ayllón Viaña, María Rosario:** *Aprendiendo desde la práctica- una propuesta operativa para sistematizar*, Kallpa, Lima, 2002

- **Barnechea, María Mercedes:** *Con tu Pueblo y con mi Quiero... El Proceso de Centralización de Comedores en San Juan de Luringancho*, TACIF, Lima, 1992.

- **Barnechea, María Mercedes, Estela González, María de la Luz Morgan:** *La Sistematización como Producción de Conocimientos.* Taller Permanente de Sistematización-CEAAL-Perú. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- _____: *¿Y cómo lo hace? Propuesta de método de sistematización,* Taller Permanente de Sistematización-CEAAL Perú, Lima, 1992

- **Bravo, Jorge Andrés** (editor): *Memoria Histórica y Sujeto Popular,* ECO, Santiago de Chile, 1987.

- **Cadena, Félix:** *La Sistematización como Creación de Saber de Lucha,* en: *La Sistematización en los proyectos de Educación Popular,* CEAAL, Santiago, 1987.

- **Centro Laubach de Educación Popular Básica de Adultos:** *Sistematización: elementos conceptuales,* coord Javier Jaramillo/Jorge Tamayo, Medellín, 1991.

- **Cepd/Unesco/Serjus/Alforja:** *Informe final de la sistematización de las experiencias educativas y organizativas de las poblaciones desarraigadas de Guatemala,* ed. limitada, Guatemala, 1996

- **Centro de Intercambio Educacional Graciela Bustillos, Asociación de Pedagogos de Cuba:** *Sistematización, selección de lecturas,* La Habana, 2003.

- **Cendales, Lola:** *La Metodología de la sistematización, una construcción colectiva,* en: revista aportes # 57, Dimensión Educativa, Bogotá 2004

- **CESIP:** *Mujeres y varones en el gobierno local: enriqueciendo la gestión municipal desde la equidad de género. Sistematización de la experiencia del proyecto “Adopción de Políticas de Género en los Municipios”*, Lima, 2002.

- **CCFD:** *Sistematizacao e elaboracao de indicadores sociais*, encontro das entidades parceiras sul e sudeste do Brasil, 2000.

- **Darcy de Oliveira, Rosisca y Miguel:** *La Observación Militante*, Cuadernos Pedagógicos. No.5, Fundación Fernando Velazco, Quito, 1984.

- **De Souza Joao Francisco:** *Sistematización: Un Instrumento Pedagógico en los Proyectos de Desarrollo Sostenible*. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Díaz , Cecilia y Ana Felicia Torres:** *Las Mujeres Rurales Centroamericanas: Sistematización de su Experiencia en Torno al Derecho a la Propiedad de la Tierra en Cinco Países*. Aportes de Sistematización realizada a nivel centroamericano con mujeres rurales, que sirvieron de base para ser utilizados en la Publicación: “Del Hecho al Derecho”- Mujeres rurales Centroamericanas en la lucha por la propiedad De la tierra, editado por la Fundación Arias para el Progreso Humano. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Dimensión Educativa:** *Teología a pie, entre sueños y clamores. Sistematización del Proyecto de Teología Popular de Dimensión Educativa*, Bogotá, 1997.

- **Escobar, Mónica:** *Sistematización de una Experiencia de educación popular en salud en:* Sistematización, propuesta metodológica y dos experiencias: Perú y Colombia, Nuevos Cuadernos, No.17, CELATS, Lima, 1991.

- **Fernández, Julio:** *Sistematización retrospectiva y prospectiva en el trabajo Educativo*, Cenprotac, La Paz, 1995

- **Fernández, Benito y María Oviedo:** *La sistematización: una herramienta para el mejoramiento de la calidad educativa en las escuelas,- módulo de autoaprendizaje-* La Paz, 2003.

- **Falkembach, Elza:** *A história da formação para a sistematização no Speg*, Seminario Permanente de educação popular, Unijui, Ijuí, 1995.

- **Fundación para el Desarrollo Agroforestal de la Comunidades Rurales del Noroeste Argentino:** *Detrás del árbol, la gente, la vida, un Proyecto, muchos aprendizajes*, Salta, 1997.

- **Gagneten, Maria Mercedes:** *Hacia una metodología de sistematización de la práctica*, ed. Humanitas, Bs. As., (circa 1986)

- **Galindo, Jesús:** *Del objeto percibido al objeto construido; el saber sobre la práctica, sistemas y mundos posibles*, en: "Sistematización de Prácticas en América Latina", revista La Piragua # 16, Santiago, 1999.

- **Ghiso, Alfredo:** *De la Práctica Singular al Diálogo con lo Plural: Aproximaciones a otros Tránsitos y sentidos de la Sistematización en épocas de globalización.* Ponencia para el Seminario Latinoamericano: Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural y Participación Ciudadana. Medellín. Agosto, 1998. Biblioteca virtual de sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- _____ *«Investigación Educativa: sujetos, gramáticas y ecologías.* Biblioteca virtual de sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- _____ *Entre el temor y el compromiso: fenomenología de la práctica sistematizadora*, (mimeo) Universidad Luis Amigó, Medellín, 1995

- _____ *Entre el hacer lo que se sabe y el saber lo que se hace*, en: Revista Aportes # 57, Dimensión Educativa, Bogotá, 2004.

- **Henríquez, Argentina, Marcos Villamán, Josefina Zaiter:** *Sistematización*, Centro Cultural Poveda, Santo Domingo, 1995.

- **Hleap B., José:** *Sistematizando Experiencias Educativas*. Ponencia para el Seminario Latinoamericano: Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural y Participación Ciudadana. Medellín. Agosto, 1998. Biblioteca virtual de sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Ibañez, Alfonso:** *La dialéctica en la sistematización de las experiencias*, revista Tarea, Lima, Setiembre de 1991.

- **Jara Oscar:** *Conocer la realidad para transformarla*, Serie Pensando la Educación Popular, No.7, ALFORJA, San José, Julio de 1991.

- _____ *La experiencia de capacitación en sistematización en los talleres regionales de la Red Alforja*. Alforja, San José, 1995.

- _____ *El Desafío Político de aprender de nuestras prácticas*. Ponencia presentada en el evento inaugural del Encuentro Internacional sobre Educación Popular y Educación para el Desarrollo, Murguía, País Vasco, noviembre 2002. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- _____ *Dilemas y Desafíos de la Sistematización de Experiencias*. Centro de Estudios y Publicaciones-Alforja. Costa Rica. Mayo, 2001. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html.

- _____ *El Aporte de la Sistematización a la Renovación Teórico-Práctica de los Movimientos Sociales*. Ponencia para el Seminario Latinoamericano: Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural y Participación Ciudadana. Medellín. Agosto, 1998. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html.

- _____ *Investigación participativa: Una dimensión integrante del proceso de educación Popular*, Serie Pensando la Educación Popular, No. 3, ALFORJA, San José, Noviembre de 1990.

- _____ *Para Sistematizar Experiencias: una propuesta teórica y práctica*. Alforja, San José, 1994.

- **Latapí, Pablo:** *Tendencias de la educación de adultos en América Latina*, CREPAL-UNESCO, México, 1984

- **La Tierra Prometida:** *Presentación de la sistematización de la Experiencia del Programa de Transferencia de Tierras (PTT)*. Fundación Promotora de Cooperativas FUNPROCOOP-El Salvador- Noviembre 1999-2000. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Luz, Mara y Ana Bickel:** *Documento de reflexión sobre la experiencia de sistematización con la población desarraigada de Guatemala*, Alforja, San José, 1997.

- **Marfil Francke, María de la Luz Morgan:** *La Sistematización: Apuesta por la Generación de Conocimientos a partir de las Experiencias de Promoción.* Escuela para el Desarrollo Materiales Didácticos No.1. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html.

- **Martinic Sergio:** *Saber Popular - Notas sobre Conocimientos y Sectores Populares,* CIDE, Santiago, 1985.

- _____ *Análisis para la Algunas Categorías de Sistematización,* CIDE-FLACSO, Talagante, 1984.

- _____ *Reflexión Metodológica en el Proceso de Sistematización: Apuntes para la Discusión,* ANC, Lima, 1985.

- _____ *El Objeto de la Sistematización y sus Relaciones con la Evaluación y la Investigación.* Ponencia para el Seminario Latinoamericano: Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural y Participación Ciudadana. Medellín. Agosto. 1998. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- _____ *La Interacción Comunicativa y la Acción Social: un objeto desafiante para la Sistematización.* Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html.

- **Martinic, Sergio y Horacio Walker (CIDE):** *La Reflexión Metodológica en el Proceso de Sistematización de Experiencias de Educación Popular, en: La Sistematización en los Proyectos de Educación Popular,* CEAAL, Santiago, 1987.

- **Morgan, María de la Luz:** *La Producción de Conocimientos en Sistematización.* Ponencia para el Seminario Latinoamericano: Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural y Participación Ciudadana. Medellín. Agosto, 1998. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- _____ *Búsquedas Teóricas y Epistemológicas desde la Práctica de la Sistematización.* Taller Permanente de Sistematización. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sitem/biblio.html.

- **Morgan, María de la Luz y María Luisa Monreal:** *Propuesta de Lineamientos Orientadores para la Sistematización de Experiencias de Trabajo Social,* en: Sistematización, Propuesta Metodológica y dos Experiencias: Perú y Colombia, Nuevos Cuadernos, No. 17, CELATS, Lima, 1991.

- **Mujeres del Mundo- Mundito emakumeak,** *Sistematización: una nueva mirada a nuestras prácticas.* No. 32, set. 2005

- **Naranjo Giraldo, Gloria:** *Formación de ciudad y conformación de ciudadanía* en: "Sistematización de Prácticas en América Latina", revista La Piragua # 16, CEAAL, Santiago, 1999.

- **Olavarría, Carlota y Juan Cariamo:** *Sistematización de una Experiencia de Educación Popular en Comunidades Mapuches* en: La Sistematización en los Proyectos de Educación Popular, CEAAL, Santiago, 1987.

- **Osorio Vargas, Jorge:** *Cruzar a la Orilla: Debates Emergentes sobre los Profesionales de la Acción Social y Educativa.* Ponencia para el Seminario Latinoamericano: Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural y Participación Ciudadana. Medellín. Agosto, 1998. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Palma, Diego:** *La Sistematización como Estrategia de Conocimiento en la Educación Popular. El Estado de la Cuestión en América Latina,* Papeles del CEAAL, No. 3, CEAAL, Santiago de Chile, 1992.

- **Palomino, Nancy (editora):** *Los Discursos y la Vida.* Reflexiones de un Encuentro entre Educadores Populares y Promotores, Escuela de Formación de Promotores-Tarea, Lima, 1991.

- **Quirós Martín, Teresa y María de la Luz Morgan:** *La Sistematización, un Intento Conceptual y una Propuesta de Operacionalización, en: La sistematización en los Proyectos de Educación Popular,* CEAAL, Santiago, 1987.

- **Rodríguez Villalobos, Rocío, Ana Elena Badilla:** *Compartiendo secretos: sistematizando desde la equidad,* UICN/Fundación Arias, San José, 2004.

- **Roustan, Marta Cecilia y Oscar Jara:** *Participación Ciudadana: caminos recorridos, nuevos horizontes. Sistematización de experiencias de formación y participación ciudadana en los municipios de Pueblo Nuevo y Esquipulas, Nicaragua, 1999-2002,* Apc, Cencase, Imc, Odesar, Unag, Pcs, CEP Alforja, 2002.

- **Sime, Luis:** *Los Discursos de la Educación Popular.* Ensayo Crítico y Memorias, Tarea, Lima, 1991.

- **Taller Permanente de Sistematización CEAAL - Perú:** *Memoria I taller Nacional de Sistematización, 20-24 de julio, 1992.* Lima, agosto de 1992.

- _____ *Memoria Seminario de Intercambio y Debate sobre Sistematización 20-24 de julio, 1992.* Lima, agosto de 1992.

- **Tapella Esteban:** *Agroecología, Seguridad Alimentaria y Desarrollo Sustentable en Argentina: Sistematización de Cuatro Experiencias en el Contexto de la Crisis Reciente.* Trabajo presentado en la Primer Conferencia de la Red de Seguimiento, Evaluación y Sistematización de América Latina y Caribe, evento realizado en Lima, Perú, entre el 20 y 23 de octubre 2004. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización de CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Torres, Alfonso:** *Una experiencia de sistematización con cinco organizaciones populares.* Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá, 2003.

- _____ *La sistematización desde la perspectiva interpretativa,* en Rev. Aportes, n. 44, Bogotá, 1996.

- _____ *Sistematización de experiencias de organización popular en Bogotá,* en: Revista Aportes # 57, Bogotá, 2004.

- **Torres, Ana Felicia, Laura Guzmán, Isabel Quesada, Diana Fuster, Lisbeth Ramírez, Pilar González:** *Sistematización: Reconstrucción de liderazgos femeninos, experiencias desde lo cotidiano, personal y colectivo,* Programa Prolid Bid, 2002

- **Ubilla, Pilar:** *El ómnibus del Abrojo,* MFAL, Montevideo, 1998.

- **Verger i Planells, Anthoni** *Sistematización de Experiencias en América Latina. Una Propuesta para el Análisis y la Recreación de la Acción Colectiva desde los Movimientos Sociales.* Dpto. de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización de CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

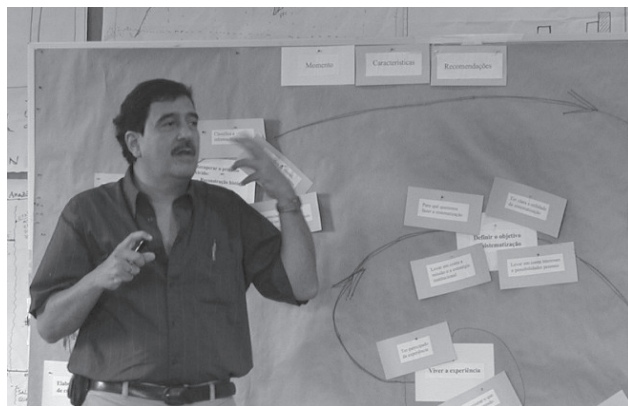
- **Veronesse, Claudino:** *A experiencia de Sistematizacao do SPEP - UNIJUI- Brasil.* Ponencia para el Seminario Latinoamericano: Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural y Participación Ciudadana. Medellín. Agosto, 1998. Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización de CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Zabalaga Estrada Carmen:** *Los Desafíos de las Mujeres en la Planificación Municipal. Municipio de Cercado, Cochabamba. Sistematización de la Experiencia de Trabajo del Instituto de Formación Femenina Integral. IFFI. Mayo, 2003.* Biblioteca Virtual de Sistematización/Programa Latinoamericano de Apoyo a la Sistematización del CEAAL. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

- **Zuñiga, Ricardo.** *Sistematizar Para Qué y Para Quién.* Ponencia presentada al Congreso Mundial de Trabajo Social. Lima - Perú, Agosto 1990

Sobre o autor

Oscar Jara Holliday (Lima, 1949), peruano e costarriquense, é educador popular e sociólogo. Desde 1968 desenvolve trabalhos educativos, inclusive nos movimentos estudantis em seu país. Foi alfabetizador em Lima, Huancayo e Piura, onde teve intensa atuação junto às populações camponesas no contexto da Reforma Agrária, nos anos setenta. Trabalhou também com *teatro da comunicação popular* em áreas rurais e urbanas no Peru. Posteriormente foi diretor do Centro de Publicações Educativas TAREA, em Lima, participando em frentes nacionais e latinoamericanas de educação popular.



Em 1980, sua vinculação solidária com o povo da Nicarágua, leva-o a viver na América Central, integrando a Rede ALFORJA, sendo seu coordenador regional até 1998. Ao longo deste tempo tem a oportunidade de trabalhar em projetos de educação popular em quase todos os países de América Latina. No Brasil realiza atividades de formação com CEPIS e Instituto Cajamar em São Paulo/SP; com EQUIP em Recife/PE; com CEDAC no Rio de Janeiro/RJ; com o MST em Veranópolis/RS; com o MOVA-RS em Porto Alegre; com o SPEP/UNIJUI em Ijuí/RS. Com o Projeto AMA-PPG7-SCA, do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

Atualmente é diretor geral do Centro de Estudos e Publicações Alforja, na Costa Rica e coordenador do Programa Latinoamericano de Apoio à Sistematização de Experiências do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos de América Latina). Prepara a defesa de sua tese de *Doctorado Latinoamericano de Educación de la Universidad de Costa Rica*: “*Educación e Cambio Social en América Latina: interpretación crítica de las contribuciones ético-políticas e pedagógicas de la educación popular latinoamericana*”.

■ Essas fotos foram feitas por Petra Ascher e Raissa Guerra durante o primeiro curso de Sistematização de Experiências, realizado em Pirenópolis (Goiás), em março de 2004. Este curso, destinado às equipes técnicas do Programa Piloto, despertou nos projetos a importância de incorporar a sistematização de experiências em sua gestão.



